



Balança comercial se recupera e tem superávit de US\$ 8,15 bi em março

Agência de fomento de SP impulsiona mais de R\$ 1 bi em investimentos e inovação

Página 2

Brasil firma meta de ações globais para pessoas com deficiência

Página 4

O início de algumas safras e a alta nas vendas de minério de cobre e de carnes fizeram a balança comercial se recuperar e registrar o segundo melhor superávit da série histórica para meses de março. No mês passado, o país exportou US\$ 8,154 bilhões a mais do que importou, divulgou na sexta-feira (4) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O resultado é o mais alto para meses de março desde 2023, quando a balança comercial tinha registrado supe-

rávito de US\$ 10,751 bilhões. Em relação a março de 2024, o superávit subiu 13,8%.

Em março, o país exportou US\$ 29,177 bilhões, alta de 5,5% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado e o terceiro melhor março desde 1989, quando começou a série histórica, só perdendo para 2023 e 2022. As importações somaram US\$ 21,023 bilhões, alta de 2,6% na mesma comparação e também o terceiro maior valor da história, inferior apenas aos de 2023 e 2022. **Página 3**

Programa Destino Futuro vai impulsionar turismo no Nordeste

Usar ferramentas inovadoras de tecnologia para impulsionar o turismo no Nordeste é o objetivo do Programa Destino Futuro, lançado na sexta-feira (4) no Recife. A iniciativa vai conectar startups e empresas de inovação a micro, pequenas e médias empresas do setor turístico para buscar soluções a problemas enfrentados na atividade.

Realizado conjuntamente pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Porto Digital, o programa vai investir cerca de R\$ 3 milhões no desenvolvimento de soluções. As inscrições para o programa estarão abertas até o dia 5 de maio e os candidatos podem se inscrever gratuitamente no site da EmbraturLab.

A ação abrange os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde a Sudene também atua. A intenção é dar maior tração para o trade turístico, um importante indutor do desenvolvimento no país, com foco na modernização, competitividade e no desenvolvimento de soluções tecnológicas sustentáveis nas atividades do mercado de turismo.

“A pauta do turismo para o desenvolvimento do Nordeste é estratégica e estruturante. A gente tem, a partir do avanço da atividade turística na nossa região, um conjunto de oportunidades. Temos o turismo como eixo estratégico, sobretudo para a geração de emprego, pela capilaridade que representa o setor. Estamos falando aqui para uma cadeia produtiva bastante intensa, que envolve hotéis, o turismo de lazer, de prestação de serviço, entre outros”, disse o superintendente da Sudene Danilo Cabral à Agência Brasil.

Cabral explicou que o programa foi desenvolvido a partir de demandas dos estados e também de representantes do setor de turismo. Dados do Ministério do Turismo mostram que o setor gerou mais de 400 mil empregos com carteira assinada em todo o país. **Página 3**

Toffoli vota para manter condenações pelo incêndio da boate Kiss



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Receita recebe mais de 8 milhões de declarações do IR

Em quase três semanas de entrega, a Receita Federal recebeu 8.202.141 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025. O número, registrado até as 17h da sexta-feira (31), equivale a 17,75% do total esperado para este ano.

Desde o dia 1º, quando a declaração pré-preenchida passou a ser baixada com todos os dados disponíveis, 2.832.002 contribuintes enviaram o documento. O abastecimento dos dados da declaração pré-preenchida atrasou neste ano por causa da greve dos auditores fiscais da Receita.

O prazo para entregar a declaração começou em 17 de março e termina às 23h59 do dia de 30 de maio. O programa gerador da declaração está disponível desde 13

de março.

A Receita Federal espera receber 46,2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física este ano, o que representará um acréscimo de quase 7%, na comparação com 2024, quando foram entregues 43,2 milhões de declarações.

As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440, são obrigadas a declarar. As pessoas que receberam até dois salários-mínimos mensais durante 2024 estão dispensadas de fazer a declaração, salvo se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade. (Agência Brasil)

Esporte

29ª Maratona Internacional de São Paulo reunirá milhares de corredores

O domingo será de maratona na principal metrópole da América Latina. A 29ª Maratona Internacional de São Paulo será a atração, reunindo mais de 21,5 mil corredores de todo o Brasil e do exterior. A prova, que é oficial da cidade e faz parte do seu calendário estratégico, terá mais uma vez largada e chegada no Ibirapuera, na arena montada próximo ao Obelisco. Primeira do Brasil com o selo World Athletics e também o selo ouro da CBAAt, é até agora a mais rápida do país do gênero.

A 29ª Maratona Internacional de São Paulo terá quatro distâncias oficiais: 42, 21, 10 e 5 quilômetros, e contará com transmissão ao vivo pelos canais do YouTube da Yescom, do Mania de Corrida e do Canal Corredores.

A programação de largadas começará às 5h45, com as demais categorias largando em ondas, num total de seis, determinadas pelo tempo previsto para a conclusão da prova. Detalhes sobre cada uma delas, incluindo os horários de início das demais distâncias, poderão ser obtidos no site oficial. A Maratona de São Paulo é uma das que integram a lista das TOP 200, melhores do mundo, conforme a World Athletics.

Realizada desde 1995, a Maratona Internacional de São Paulo tornou-se um dos eventos esportivos mais emblemáticos do Brasil e da América Latina. Com um percurso que atravessa alguns dos principais pontos da cidade e símbolos turísticos, a maratona não é apenas uma competição, mas também uma celebração do espírito esportivo e da cultura.



Foto: Divulgação

Ao longo da história, ela cresceu, ganhou notoriedade e visibilidade, atraindo corredores de diversas partes do mundo. O evento, que conta com provas de outras distâncias, tem como foco incluir corredores de todos os ní-

veis, desde amadores até atletas profissionais.

Em três décadas de realização, o evento reuniu alguns dos principais nomes das corridas de rua do Brasil e inúmeros destaques do exterior. A Maratona de São

Paulo detém o recorde de tempo em uma maratona corrida no Brasil desde 2002, quando Vanderlei Cordeiro de Lima, medalha de bronze em Atenas 2004, venceu a prova com o tempo de 2h11min19s. A brasileira Márcia Narloch é a atleta com o maior número de vitórias, três no total, obtidas nas edições de 1999, 2000 e 2005.

A 29ª Maratona Internacional de São Paulo distribuirá prêmios entre os sete primeiros colocados, no masculino e feminino, da categoria elite. Mais detalhes no regulamento disponível no site oficial. Haverá total infraestrutura, com pontos de apoio – hidratação (água e isotônico), alimentação e apoio médico, além de pontos motivacionais com música – espalhados pelo percurso. Mais informações no site www.maratonadesaopaulo.com.br

CBAAt convoca atletas para o Mundial de Revezamentos de Guangzhou, China

O Atletismo Brasil convocou, na quinta-feira, os seus integrantes para disputa do 7º Campeonato Mundial de Revezamentos de Guangzhou 2025, na China, que será realizado dias 10 e 11 de maio. Foram chamados atletas para compor as equipes do 4x100 m e 4x400 m, feminino e masculino - a janela internacional fecha no dia 13 de abril, mas hoje todos os revezamentos têm a vaga, situação que não deve mudar.

Logo após o Campeonato Sul-Americano de Mar del Plata, na Argentina, todos os integrantes dos revezamentos já ficarão concentrados para treinamento em Bragança Paulista, São Paulo, para a viagem a China, prevista para 3 de maio.

A continuidade da preparação segue já na cidade do Mundial.

“A CBAAt não mede esforços para que a gente possa levar equipes completas a todos os campeonatos”, disse o presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAAt), Wlamir Motta Campos, que fez as convocações das seleções para o Mundial de Revezamentos e o Campeonato Sul-Americano de Mar del Plata, de 25 a 27 de abril, ao vivo, pela TV Atletismo Brasil.

O revezamento 4x400 m misto será formado pelos integrantes dos revezamentos 4x400 m feminino e masculino.

Mundial de Revezamentos 4x100 m Feminino
Ana Carolina Azevedo (EC

Pinheiros-SP); Vitória Rosa (EC Pinheiros-SP); Lorraine Martins (EC Pinheiros-SP); Gabriela Silva Mourão (EC Pinheiros-SP); Daniele Campigotto (Clube de Atletismo Chapecó-SC); Vanessa Sena dos Santos (AD Centro Olímpico-SP).

4x400 m Feminino
Tiffani Marinho (Orcampis-SP); Jayni Suelen dos Santos Barreto (IEMA-SP); Anny Caroline de Bassi (IA Balneário Camboripú-SC); Erica Geni Barbosa Cavalheiro (Instituto de Atletismo Foz do Iguaçu-PR); Rita de Cássia Ferreira Silva (EC Pinheiros-SP); Letícia Nonato Lima (Praia Clube-CEMIG-Exército-Futel-MG).

4x100 m Masculino
Felipe Bardi (SESI-SP); Erik Cardoso (SESI-SP); Paulo André Camilo de Oliveira (Clube de

Atletismo do Espírito Santo); Igor Bezerra Borges Soares (Associação de Apoio as Pessoas com deficiência-AAPD-PE); Rodrigo Pereira do Nascimento (EC Pinheiros-SP); Vitor Hugo Mourão dos Santos (AD Centro Olímpico-SP).

4x400 m Masculino
Matheus Lima da Silva (EC Pinheiros); Douglas Hernandes Mendes da Silva (Instituto de Atletismo Balneário Camboripú-SC); Lucas da Silva Carvalho (EC Pinheiros-SP); Jadson Erik Soares de Lima (EC Pinheiros-SP); Tia-

go Lemes da Silva (Praia Clube-CEMIG-Exército-Futel-MG); Elias Oliveira dos Santos (Praia Clube-CEMIG-Exército-Futel-MG).

Todos os revezamentos, exceto o misto 4x100 m, terão as 16 melhores equipes dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, o país anfitrião e as próximas melhores equipes do mundo até completar 32, definidas pelas listas no período de qualificação (1/1/2024 a 13/4/2025). As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,83
Venda: 5,84
Turismo
Compra: 5,88
Venda: 6,06
EURO
Compra: 6,38
Venda: 6,38

Agência de fomento impulsiona mais de R\$ 1 bi em investimentos e inovação

A Desenvolve SP, agência de fomento do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, divulgou seu Relatório Anual Integrado 2024. Com um saldo de crédito de R\$ 2,7 bilhões e mais de R\$ 1 bilhão em desembolsos ao longo do ano, a instituição se consolida como um motor de inovação e sustentabilidade para pequenos e médios negócios, refletindo as principais tendências do mercado financeiro brasileiro e global.

Em 2024, a Desenvolve SP expandiu seu portfólio de investimentos estruturados, com foco em agronegócio, tecnologia e infraestrutura. O patrimônio líquido

da instituição cresceu para R\$ 3,4 bilhões, garantindo um crescimento sustentável para a economia paulista.

“Nosso compromisso com o financiamento estratégico não apenas fortalece a economia paulista, mas também gera um impacto positivo no mercado, com a aplicação de recursos em setores de alta relevância no contexto global”, afirma o diretor-presidente da agência, Ricardo Brito.

Sustentabilidade e Finanças Verdes

Com R\$ 78,4 milhões destinados a projetos de inovação e R\$ 24 milhões voltados para energia solar, a instituição está fortalecen-

do o avanço da energia limpa e eficiência energética, além de transformar a mobilidade urbana em São Paulo.

Em 2024, foram instalados 4 MW de energia solar, evitando a emissão de 7.393 toneladas de COeq. Além disso, a modernização da iluminação pública em 17 municípios resultou em 845 toneladas a menos de COeq, demons-

trando o impacto direto do compromisso da instituição com a transição energética, contribuindo diretamente na redução de emissões e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como:

Fortalecimento de negócios e empreendedorismo feminino

A inclusão financeira conti-

nua sendo uma prioridade para a Desenvolve SP, com R\$ 326 milhões direcionados a micro, pequenas e médias empresas de regiões de baixo e médio desenvolvimento. Isso resultou no fortalecimento de 230 empreendimentos e no apoio a 42 prefeituras.

Com linhas específicas para atender ao empreendedorismo feminino, Desenvolve Mulher e

Desenvolve Mulher Sustentável, a Desenvolve SP contribui para impulsionar o empreendedorismo feminino.

O Relatório Anual Integrado 2024 está disponível para leitura completa, com cases detalhados sobre o impacto financeiro das soluções da Desenvolve SP no setor público e privado. (Governo de SP)

Venda de chocolates para Páscoa impulsiona negócios e gera empregos

Em clima de Páscoa, período em que os doces e ovos de chocolate tomam conta das prateleiras do comércio e das mesas dos consumidores, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) reforça a promoção de políticas públicas que impulsionam o empreendedorismo e a geração de emprego e renda no setor de confeitaria, que, nos últimos anos, experimenta uma alta demanda.

O consumo de chocolate nos lares brasileiros passou de 85,5% em 2020 para 92,9% em 2024, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab). A média de consumo per capita foi de 3,9 kg por ano, o maior índice registrado nos últimos cinco anos. Esse aumento no consumo é impactado pela demanda sazonal da Páscoa, período de intensa movimentação para os empreendedores do setor.

Por meio do Banco do Povo Paulista (BPP), a pasta oferece

crédito e contribui para o crescimento dos pequenos negócios da área. De 2023 a fevereiro de 2025, o programa desembolsou R\$ 1,7 milhão em 110 operações para atividades relacionadas ao chocolate, incluindo o comércio varejista de doces, balas, bombons e produtos semelhantes, além da fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates.

Bruna Bueno Brisset, 30 anos, de São José do Rio Preto, no interior paulista, é um exemplo de como o uso do microcrédito pode alavancar empreendimentos do ramo. Em 2024, ela obteve um empréstimo do Banco do Povo para adquirir maquinários, como fogão industrial, bancada de inox e aparelho de ar-condicionado, além da matéria-prima do seu negócio, o chocolate.

Depois do investimento, a confeitaria expandiu a produção de ovos de Páscoa artesanais e viu as vendas explodirem. “Com os recursos, pude dar um passo à frente sem mexer no dinheiro do caixa. O resultado foi o au-

mento nas vendas, que subiram 50% logo após o empréstimo, que eu indico para todo empreendedor. O atendimento foi muito profissional”, afirma Bruna. Ela espera um aumento significativo nas vendas para a Páscoa de 2025 de, pelo menos, 100% a mais do que nos outros meses do ano.

O otimismo de Bruna está em sintonia com uma pesquisa do Sebrae-SP, que mostra que 38% dos consumidores que optaram por apoiar pequenos negócios, em 2024, preferiram chocolates artesanais, para valorizar a produção manual e personalizada durante a Páscoa.

O maior interesse do público consumidor reflete no crescimento de abertura de negócios na área. Um levantamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), vinculada à SDE, aponta que, também em 2024, houve um aumento de 9,4% no número de empresas abertas no setor de fabricação de produtos derivados do cacau,

de chocolates e no comércio varejista e atacadista de doces, balas, bombons e semelhantes em comparação ao mesmo período de 2023, passando de 781 para 855.

O Banco do Povo oferece condições facilitadas para empreendedores formais e informais, com juros menores que os praticados pelo mercado. São três linhas de crédito: Empreenda Rápido, Empreenda Mulher e Empreenda Afro, com valores entre R\$ 200 e R\$ 21 mil. Além disso, os participantes fazem um curso de capacitação empreendedora, promovido gratuitamente pelo Qualifica SP e pelo Sebrae, para aprender ou se aperfeiçoar na gestão dos seus negócios.

Para saber quais são as unidades conveniadas ao Banco do Povo, conferir a lista dos documentos necessários para solicitar o microcrédito e as taxas de juros, basta acessar a página do Banco do Povo Paulista no site da SDE. (Governo de SP)

Melhorias viárias encurtam distâncias, garantem segurança e melhoram renda em SP

Com investimentos que somam quase R\$ 30 bilhões em obras finalizadas, entregues e que estão por vir, o programa SP Pra Toda Obra moderniza mais de 22,3 mil km de rodovias, estradas estaduais e vicinais com investimentos do Governo de São Paulo e das concessionárias. O impacto dessas intervenções é sentido no dia a dia de quem depende das estradas para trabalhar ou mesmo para estar mais próximo das pessoas.

As melhorias são perceptíveis em diferentes pontos do estado, como na modernização do Sistema Anhanguera-Bandeirantes. A maior obra de recapeamento da história de São Paulo já tem 38,4% das obras concluídas, com a revitalização de 2,1 mil km de faixas e previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2026.

Para o caminhoneiro Carlos Alberto Ribeiro Júnior, que percorre essas estradas há 19 anos, as mudanças são significativas. “A Bandeirantes está em cons-

tante obra de manutenção. Para a gente, é primordial a questão da sinalização, e hoje em dia tem muito. Isso previne muitos acidentes e garante nossa segurança. Eu também uso bastante os postos de apoio aos caminhoneiros, que facilitam muito a nossa vida”, conta.

No Litoral Norte, a entrega do Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios reduziu o tempo de deslocamento entre Caraguatatuba e São Sebastião de 45 para apenas 16 minutos. Essa mudança tem feito a diferença na vida de moradores da região, como Amanda Aline Trindade, que trabalha com carro e mudanças. “Com essa obra, tenho mais qualidade de vida e posso aproveitar mais tempo com minha família”, relata.

Obras viárias: impacto positivo no bolso do trabalhador

No interior, a recuperação e ampliação da rodovia SPA 085/300, em Cabreúva, tem impulsionado o comércio e melhorado o

acesso ao centro da cidade e à Rodovia Marechal Rondon (SP-300), que liga municípios como Jundiá e Araçatuba. Para o comerciante Ronaldo Osmani Reche, a obra significa novas oportunidades de crescimento — isso, por consequência, o faz sonhar com realizações pessoais.

Além de aproximar pessoas, as obras viárias também aquecem a economia local. A geração de empregos diretos e indiretos — 252 mil novos postos nas obras viárias — é um dos reflexos positivos desse pacote de investimentos, que envolve tanto a recuperação de trechos desgastados quanto a construção de novas ligações viárias.

SP pra Toda Obra

Com o novo programa São Paulo pra Toda Obra, o Estado leva benefícios reais aos moradores de todas as regiões, promovendo a modernização de rodovias estaduais — públicas e concedidas —, além de estradas vici-

nais. Este é o maior programa de infraestrutura viária da história do Estado, com um investimento que soma R\$ 30 bilhões em obras entregues, em andamento e a iniciar, em rodovias públicas e concedidas.

A iniciativa, que deve ser ampliada, contempla 22,3 mil quilômetros — o equivalente a uma viagem de São Paulo até o Japão. As intervenções abrangem grandes rodovias, estradas estaduais, concedidas e vicinais. Pela primeira vez, mais de 1,5 mil obras públicas e privadas se complementam, impulsionando o desenvolvimento do Estado.

O impacto no mercado de trabalho também é expressivo: cerca de 250 mil empregos — um número superior à população de cidades médias do interior, como Araçatuba, que tem cerca de 200 mil habitantes. Além disso, o programa beneficia 8 em cada 10 municípios paulistas e alcança mais de 540 cidades. (Governo de SP)

Governo de SP entrega 851 escolas climatizadas e prevê 3 mil até 2027

O governo do Estado de São Paulo atingiu a marca de 851 escolas com climatização, um salto de 94 vezes em comparação ao início da gestão. Em apenas uma semana, foram 82 unidades climatizadas. O avanço é reflexo de um projeto inédito de climatização das escolas estaduais, que visa melhorar as condições de ensino e proporcionar ambientes mais confortáveis para alunos e professores.

“Nosso compromisso é oferecer um ambiente mais digno e produtivo para a comunidade escolar. Com a climatização, estamos não só melhorando o con-

forto, mas também promovendo melhores condições de aprendizado para nossos jovens”, afirmou Renato Feder, titular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

O projeto tem como meta atingir a climatização de 60% das unidades da rede até o início do ano letivo de 2027.

Já foram investidos aproximadamente R\$ 350 milhões apenas na primeira etapa do programa de climatização das escolas, que abrange 1.056 unidades escolares. Até o início de 2026, mais mil escolas estarão contempladas

com o sistema de climatização, consolidando o compromisso do governo estadual em transformar a educação paulista.

“É um projeto audacioso, mas essencial para garantir que nossas escolas estejam preparadas para os desafios do futuro. A educação é a base do desenvolvimento do nosso estado, e estamos fazendo a nossa parte para que nossos estudantes tenham as melhores condições possíveis para aprender”, afirma Fabrício Moreira, presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), braço operacional da Seduc-SP.

A climatização das escolas tem se concentrado principalmente nas regiões mais quentes do estado, visando beneficiar as unidades escolares localizadas em áreas com maior demanda de refrigeração.

A execução do projeto se dá em três etapas: a adaptação da infraestrutura elétrica das escolas, a instalação dos aparelhos de climatização e a ligação da energia por parte das concessionárias de energia elétrica. Atualmente, 205 escolas aguardam a finalização da ligação da energia por parte das empresas concessionárias. (Governo de SP)

Vacina contra gripe está disponível para crianças e profissionais da educação

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, iniciou na última sexta-feira (28) a campanha de vacinação contra a gripe. As doses estão disponíveis para crianças de 6 meses a menores de 6 anos e para profissionais da educação, que compõem a maioria do público das unidades educacionais municipais. A vacina pode ser en-

contrada em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e AMAs/UBSs Integradas da cidade. A imunização é fundamental para prevenir a Influenza e evitar complicações decorrentes do vírus.

Além das crianças e dos profissionais da educação, também fazem parte do público prioritário da campanha: idosos acima

de 60 anos, gestantes, puérperas, pessoas com doenças crônicas, povos indígenas e quilombolas, pessoas em situação de rua, trabalhadores da saúde, profissionais das forças de segurança e salvamento, profissionais das Forças Armadas, pessoas com deficiência permanente, caminhoneiros, trabalhadores de transporte coletivo, trabajado-

res portuários, trabalhadores dos correios e a população e os funcionários do sistema prisional.

Onde se vacinar?

A população pode encontrar a unidade de saúde mais próxima por meio da plataforma Busca Saúde: <http://buscasaude.prefeitura.sp.gov.br/>. (Prefeitura de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem ao jornalista e político Líbero Badaró, que lutou e morreu [Século 19] pela liberdade de imprensa. Que a Graça e a paz pautem homens e mulheres ... jornalistas no parlamento paulista

PREFEITURA (São Paulo)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem ao jornalista e político Líbero Badaró, que lutou e morreu [Século 19] pela liberdade de imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas na prefeitura paulista

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem ao jornalista e político Líbero Badaró, que lutou e morreu [Século 19] pela Liberdade de Imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas no parlamento estadual paulista

GOVERNO (São Paulo)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem a Líbero Badaró, jornalista e político que lutou e morreu [Século 19] pela Liberdade de Imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas no governo do Estado paulista

CONGRESSO (Brasil)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem a Líbero Badaró, jornalista e político que lutou e morreu [Século 19] pela Liberdade de Imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas no Senado e Câmara Deputados(as)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem a Líbero Badaró, jornalista e político que lutou e morreu [Século 19] pela Liberdade de Imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas na Presidência e ministérios

PARTIDOS (Brasil)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem a Líbero Badaró, jornalista e político que lutou e morreu [Século 19] pela Liberdade de Imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas nos partidos brasileiros

JUSTIÇAS (Brasil)
Desde 7 abril 1931, esta data passou a ser Dia do(a) Jornalista, em homenagem a Líbero Badaró, jornalista e político que lutou e morreu [Século 19] pela Liberdade de Imprensa. Que a Graça e a paz pautem cristãos e cristãs ... jornalistas junto às carreiras jurídicas

ANO 33
O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Arrependi-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados, e venham, assim, os tempos do refrigério pela presença do Senhor” **Atos 3:19**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Gráfica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião.

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Balança comercial se recupera e tem superávit de US\$ 8,15 bi em março

O início de algumas safras e a alta nas vendas de minério de cobre e de carnes fizeram a balança comercial se recuperar e registrar o segundo melhor superávit da série histórica para meses de março. No mês passado, o país exportou US\$ 8,154 bilhões a mais do que importou, divulgou na sexta-feira (4) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O resultado é o mais alto para meses de março desde 2023, quando a balança comercial tinha registrado superávit de US\$ 10,751 bilhões. Em relação a março de 2024, o superávit subiu 13,8%.

Em março, o país exportou

US\$ 29,177 bilhões, alta de 5,5% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado e o terceiro melhor março desde 1989, quando começou a série histórica, só perdendo para 2023 e 2022. As importações somaram US\$ 21,023 bilhões, alta de 2,6% na mesma comparação e também o terceiro maior valor da história, inferior apenas aos de 2023 e 2022.

Do lado das exportações, a alta no preço do café e o início da safra de soja e de milho ajudaram a recuperar a balança. As vendas de alguns produtos, como carne bovina, celulose e minério de cobre, subiram no mês passado, compensando a

diminuição de preço dos demais produtos.

Do lado das importações, as aquisições de motores, máquinas, medicamentos, componentes de veículos, adubos e fertilizantes químicos subiram. A maior alta ocorreu com as máquinas e motores, cujo valor comprado aumentou 45,9% em março na comparação com março do ano passado.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 5%, puxado pelo início da safra de diversos produtos. Os preços aumentaram apenas 0,4% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 4,2%,

impulsionado pelo crescimento econômico, mas os preços médios recuaram 1,5%, refletindo a queda no valor das commodities (bens primários com cotação internacional).

Setores

No setor agropecuario, a alta na quantidade pesou mais no aumento das exportações. O volume de mercadorias embarcadas subiu 10,8% em março na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 4,3%.

Na indústria de transformação, a quantidade subiu 9%, com o preço médio caindo 0,9%, refletindo uma certa recuperação econômica na Argentina, o

maior comprador de bens industrializados do Brasil.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 10,6%, puxada pela manutenção de plataformas de petróleo, enquanto os preços médios recuaram 4,9%.

Estimativa

Após divulgar estimativas por intervalos de valores em janeiro, o Mdic atualizou as estimativas para a balança comercial do ano. O superávit deverá ficar em US\$ 70,2, queda de 5,4% em relação a 2024. Na previsão anterior, o saldo estava numa banda entre US\$ 60 bilhões e US\$ 80 bilhões. A próxima pro-

jeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações subirão 4,8% em 2025 na comparação com 2024, encerrando o ano em US\$ 353,1 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 282,9 bilhões. As estimativas, no entanto, devem ser revistas em breve porque não consideram os efeitos do tarifaço de Donald Trump nem da retaliação comercial da China.

As previsões estão mais pessimistas do que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 75 bilhões neste ano. (Agência Brasil)

BNDES aprova crédito de R\$ 20 milhões para empresa que abastece o SUS

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou uma linha de crédito de R\$ 20 milhões para a empresa Scitech Produtos Médicos S.A., principal fornecedora de stents farmacológicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A empresa, sediada em Aparecida de Goiânia (GO), venderá ao SUS itens como stent farmacológico coronário, cateter e fio guia dirigível para angioplastia e balão perférico.

Stent é um pequeno dispositi-

vo médico em forma de tubo, inserido em artérias para prevenir e evitar a obstrução do fluxo sanguíneo, ou seja, é diretamente ligado a intervenções cardiovasculares. As doenças cardiovasculares estão entre as principais causas de mortalidade no mundo.

O financiamento faz parte do programa Fornecedores SUS - linha de crédito destinada a empresas que atendem à demanda do SUS - que busca o fortalecimento da indústria nacional e

preenchimento das necessidades do sistema público de saúde.

O BNDES é um banco público ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com a função de fomentar o crédito para áreas estratégicas e de longo prazo. Muitos dos financiamentos do banco são feitos com taxas de juros mais baixas que as oferecidas por bancos privados.

Desde 2024, o BNDES aprovou R\$ 117 milhões dentro dessa reserva de recursos. No Forne-

cedores SUS, o banco de fomento faz uma liberação única de crédito para o tomador, definida a partir de análise de histórico de fornecimento ao SUS, licitações ganhas e contratos já celebrados.

A empresa tem o compromisso de fornecer o mesmo valor em equipamentos e materiais de fabricação nacional ao SUS, em um período de dois anos.

De acordo com o CFO (diretor financeiro) da Scitech, Mayko Melo, a linha de crédito permite que a empresa se consolide como

“principal fornecedora de stents farmacológicos para o SUS”.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luis Gordon, afirma que o financiamento está alinhado à Nova Indústria Brasil, política de incentivo à indústria nacional lançada no início de 2024.

“O financiamento contribui para que o país amplie a participação da produção no país de 42% para 70% das necessidades nacionais em medicamentos, va-

cinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde”, assinala.

A Scitech é especializada em dispositivos médicos minimamente invasivos e tem mais de 20 anos de atuação. A empresa faz parte do grupo Capital Med Participações S.A., que emprega mais de 280 funcionários em seis países: Brasil, Chile, Espanha, Itália, Singapura e EUA e por meio de distribuidores em mais 45 países. (Agência Brasil)

Programa Destino Futuro vai impulsionar turismo no Nordeste

Usar ferramentas inovadoras de tecnologia para impulsionar o turismo no Nordeste é o objetivo do Programa Destino Futuro, lançado na sexta-feira (4) no Recife. A iniciativa vai conectar startups e empresas de inovação a micro, pequenas e médias empresas do setor turístico para buscar soluções a problemas enfrentados na atividade.

Realizado conjuntamente pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Porto Digital, o programa vai investir cerca de R\$ 3 milhões no desenvolvimento de soluções. As inscrições para o programa estarão abertas até o dia 5 de maio e os candidatos podem se inscrever gratuitamente no site da EmbraturLab.

A ação abrange os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde a Sudene também atua. A intenção é dar maior tração para o trade turístico, um importante indutor do desenvolvimento no país, com foco na modernização, competitividade e no desenvolvimento de soluções tecnológicas sustentáveis nas atividades do mercado de turismo.

“A pauta do turismo para o desenvolvimento do Nordeste é estratégica e estruturante. A gente tem, a partir do avanço da atividade turística na nossa região, um conjunto de oportunidades. Temos o turismo como eixo estratégico, sobretudo para a geração de emprego, pela capilarida-

de que representa o setor. Estamos falando aqui para uma cadeia produtiva bastante intensa, que envolve hotéis, o turismo de lazer, de prestação de serviço, entre outros”, disse o superintendente da Sudene Danilo Cabral à Agência Brasil.

Cabral explicou que o programa foi desenvolvido a partir de demandas dos estados e também de representantes do setor de turismo. Dados do Ministério do Turismo mostram que o setor gerou mais de 400 mil empregos com carteira assinada em todo o país.

Em especial, no Nordeste, os empreendimentos do setor turístico na região aumentaram 52% ao longo dos três últimos anos. Para o diretor de Gestão e Inovação da Embratur, Roberto Gevaerd, esse cenário evidencia a guinada na atuação da empresa, que passou a desenvolver o fomento de políticas públicas para o turismo, a partir da análise de dados e da inovação. Um exemplo é a EmbraturLabs, laboratório de inovação da Embratur.

“O Nordeste sempre foi um lugar central e muito mobilizado. Todos os estados têm feito uma política muito importante de investimento e melhoria do turismo para a atração de turistas internacionais. E não tem como pensar nenhuma ação no Nordeste sem pensar na Sudene. Então, acho que nasce dessa triangulação também com o Porto Digital, que é um parceiro-referência em investi-

mentos em tecnologia, em relação com as startups e novas soluções, disse Gevaerd.

Segundo o diretor de Gestão, o programa fortalece o papel da Embratur na prospecção e adoção de tendências inovadoras. Entre os principais resultados esperados estão a validação de provas de conceito (POCs), o engajamento de startups e empresas do trade turístico, a criação de novos produtos e processos sustentáveis e o impacto positivo na competitividade internacional.

“A tarefa é identificar o que a gente chama das dores, quais são os problemas que os empresários estão sentindo e buscar uma solução. Muitas vezes, uma solução de logística pode atender um hotel; uma solução de sustentabilidade, de melhor uso, por exemplo, de recursos híbridos, pode atender uma região que tem pouca oferta de água ou problema de abastecimento, ou o próprio cuidado com resíduo. Os hotéis são um exemplo, mas a gente pode falar de restaurantes, do próprio barraqueiro, porque a cadeia turística, de turismo, ela é muito, muito plural. Você está falando desde a pessoa que vende o coco na praia, o barraqueiro, até o dono de um resort”, disse Gevaerd.

“Se você consegue pontualmente usar essas ferramentas tecnológicas a favor dos empreendedores, seja pequeno, grande ou médio - majoritariamente o turismo é baseado em pequenos

e médios empresários - consegue avançar de maneira mais rápida. Não existe hoje pensar qualquer ação ou melhoria sem a inserção de novas ferramentas tecnológicas”, concluiu.

O Programa Destino Futuro ocorrerá em três fases. Em um primeiro momento haverá a seleção de 20 propostas de negócios e soluções que serão apresentadas a partir das demandas do setor de turismo.

Para a segunda etapa passarão entre 10 e 15 propostas de inovação. A seleção final vai escolher cinco soluções com as melhores propostas, que receberão uma mentoria do Porto Digital para o desenvolvimento de suas soluções.

Um dos maiores distritos de inovação da América Latina, o Porto Digital é um ambiente de inovação, pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (TI), especialmente na área mobile. A iniciativa integra startups, empresas, organizações, instituições de ensino e instituições de ciência e tecnologia de diversos segmentos de tecnologia, como TI, comunicação digital, automação e inteligência artificial.

Cada projeto poderá contar com um valor de R\$ 533 mil, destinado exclusivamente ao desenvolvimento das soluções. Os projetos terão prazo de execução de até 12 meses, considerando todas as etapas de planejamento, implantação e avaliação. Ao final, as soluções passarão por validação prática. (Agência Brasil)

Internacional

Após retaliação da China, Trump diz que sua política não mudará

Enquanto as bolsas em todo o mundo despencam com a intensificação da guerra de tarifas após a retaliação da China, o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, afirmou na sexta-feira (4) que sua política “nunca mudará” e fez uma provocação ao dizer que a China estaria em “pânico”.

“Para os muitos investidores que estão chegando aos EUA e investindo grandes quantidades de dinheiro, minhas políticas nunca mudarão. Este é um ótimo momento para ficar rico, mais rico do que nunca!!!”, escreveu Trump, em uma rede social.

Em outra postagem, logo em seguida, o presidente americano disse que a China errou ao retaliar.

“A China jogou errado, eles entraram em pânico - A única coisa que não podem se dar ao luxo de fazer!” escreveu.

Após o anúncio dos Estados Unidos sobre tarifas de importação para todos os parceiros comerciais, com taxas de 34% para China, o governo de Pequim adotou uma série de medidas de retaliação, com igual taxação de 34% das importações de produtos estadunidenses.

A China anunciou a restrição para exportação de minerais raros, chamados terras raras, além da proibição de comércio com 16 empresas dos EUA.

Em uma entrevista publicada na mesma rede social, o presidente dos EUA reforçou que está no caminho certo. “Tudo indo muito bem. Você verá como isso vai acabar, nosso país terá um boom”, disse Trump.

Bolsas e comércio

As medidas fizeram as bolsas em todo o mundo despencar. Os três principais índices de ações dos EUA – o S&P 500, o Nasdaq e o Dow Jones - registravam uma queda de 4,5%, 4,6% e 4%, respectivamente, no início da tarde de hoje.

Em nota publicada na quinta-feira (3), antes do anúncio de retaliação do governo chinês, a Organização Mundial do Comércio (OMC) previu que o tarifaço instituído pelos EUA levaria a uma retração de 1% nos volumes globais de comércio este ano, resultado que é 4 pontos percentuais (p.p.) inferior à previsão anterior, que calculava um crescimento de 3% no comércio internacional.

“Medidas comerciais dessa magnitude têm o potencial de criar efeitos significativos de desvio comercial. Apelo aos membros para que administrem as pressões resultantes de forma responsável para evitar que as tensões comerciais proliferem”, afirmou Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC.

Juros e inflação

Enquanto isso, o presidente do Banco Central dos EUA (Fed), Jerome Powell, alertou que as tarifas de Trump podem aumentar a inflação e reduzir o crescimento econômico.

“Embora a incerteza permaneça elevada, agora está ficando claro que os aumentos de tarifas serão significativamente maiores do que o esperado. O mesmo provavelmente será verdade para os efeitos econômicos, que incluirão maior inflação e crescimento mais lento”, comentou Powell.

Por outro lado, o presidente Trump desafiou o presidente do Fed a cortar os juros básicos da economia do país.

“Este seria um momento perfeito para o presidente do Fed, Jerome Powell, cortar as taxas de juros. Ele está sempre ‘atrasado’, mas agora ele pode mudar sua imagem, e rapidamente. Corte as taxas de juros, Jerome, e pare de brincar de política!”, escreveu Trump também nesta sexta em uma rede social. (Agência Brasil)

Tarifaço pode acelerar acordo Mercosul-UE, diz presidente da Apex

O tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, poderá acelerar o processo de acordo entre o Mercosul e a União Europeia (EU). A avaliação é do presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana.

“Eu acho que o Brasil não tem que focar em qual vantagem a gente vai tirar nisso. Até porque o presidente Lula é do multilateralismo, propõe acordos. Mas é óbvio que, qualquer analista vai ver, se os Estados Unidos conseguirem implementar essas medidas, pode ter como consequência, por exemplo, acelerar o processo do acordo Mercosul-União Europeia”, disse, em entrevista

coletiva na quinta-feira (3).

“Já ouvimos e vimos manifestações de líderes europeus que dizem que vão acelerar o processo de validação do acordo Mercosul-União Europeia”, acrescentou.

De acordo com Viana, as novas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos abrirão novas possibilidades comerciais para o Brasil e demais países. “Mas acho que, antes das possibilidades, vão vir as dificuldades. E é um risco grande. É algo que pode construir uma nova era. Tem alguns analistas que já falam que pode ser que os Estados Unidos podem estar abrindo agora a era da China”, acrescentou. Em média, as tarifas aplicadas

por Trump foram de 10% para países da América Latina, de 20% para Europa e de 30% para Ásia, mostrando que o governo americano vê como maior ameaça os países orientais.

Apesar da taxa menor aplicada ao Brasil, de 10%, o presidente da Apex disse não ver “vantagem” para o país e afirmou acreditar que o tarifaço não será benéfico para o comércio global.

“Eu não consigo enxergar vantagem nenhuma quando o mundo pode piorar a sua relação comercial. Foram os Estados Unidos que introduziram no mundo, há décadas, a ideia do livre mercado, dos conglomerados, dos acordos comerciais, foram eles que fizeram, dizendo que isso era melhor para o mun-

do. E, de fato, para o mundo ficar mais pacífico, você tem que ter um mundo mais transacional entre os países”, afirmou.

Ele ressaltou, no entanto, que o Brasil poderá passar a receber mais investimentos, mas que a nova conjuntura será “ruim para todos”.

“Acho que, na incerteza, o Brasil pode ter mais investimento do que tem, mas eu não estou querendo trabalhar a tese do tirar proveito ou tirar benefício, porque um mundo inseguro, um mundo em conflito, é ruim para todo mundo, inclusive o Brasil. A tese minha é essa, vai ser ruim para todos, independentemente de você ganhar mais aqui ou perder ali”. (Agência Brasil)

Toffoli vota para manter condenações pelo incêndio da boate Kiss

STF remarca para dias 22 e 23 julgamentos do núcleo 2 da trama golpista

O Supremo Tribunal Federal (STF) remarca para os dias 22 e 23 de abril o julgamento da denúncia apresentada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, para tornar réus os acusados do núcleo 2 da trama golpista. As sessões estavam previstas para os dias 29 e 30.

A Primeira Turma da Corte reservou três sessões para julgar a denúncia que vai decidir se os acusados se tornarão réus e responderão a processo criminal. No dia 22, as sessões serão pela manhã, com início às 9h30, e à tarde, às 14h. No dia 23, o colegiado iniciará o julgamento às 8h.

Fazem parte deste núcleo Filipe Martins (ex-assessor de assuntos internacionais do ex-presidente Jair Bolsonaro); Marcelo Câmara (ex-assessor de Bolsonaro); Silvinei Vasques (ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal); Mário Fernandes (general do Exército); Marília de Alencar (ex-sub-

secretária de Segurança do Distrito Federal) e Fernando de Sousa Oliveira (ex-secretário-adjunto de Segurança do Distrito Federal).

De acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), eles são acusados de organizar ações para “sustentar a permanência ilegítima” de Bolsonaro no poder, em 2022.

O colegiado é composto pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo regimento interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado.

Até o momento, somente a denúncia contra o núcleo 1 foi julgada. No mês passado, por unanimidade, o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete acusados viraram réus. Faltam mais três denúncias para serem julgadas. (Agência Brasil)

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na sexta-feira (4) para manter as condenações de quatro condenados pelo incêndio na Boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e que deixou 242 mortos e mais de 600 feridos.

A Segunda Turma da Corte iniciou o julgamento de recursos

dos acusados para reverter a decisão do Supremo que manteve as condenações pelo Tribunal do Júri e determinou a prisão dos envolvidos.

Com a decisão, voltaram a valer as condenações dos ex-sócios da boate Elissandro Callegró Spohr (22 anos e seis meses de prisão) e Mauro Londero Hoffmann (19 anos e seis meses),

além do vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, e o produtor musical Luciano Bonilha. Ambos foram condenados a 18 anos de prisão.

No voto proferido na sexta-feira, Toffoli manteve as condenações por entender que não há irregularidades na decisão que confirmou as penas.

“É evidente que a pretensão do embargante é provocar a re-discussão da causa, fim para o qual não se presta o presente recurso”, justificou o ministro.

O julgamento virtual vai até sexta-feira (11). Faltam os votos dos ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin, André Mendonça e Nunes Marques. (Agência Brasil)

Raoni recebe medalha de Lula e alerta sobre exploração de petróleo

Em uma visita histórica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na sexta-feira (4), na Aldeia Piraçu, Terra Indígena Capoto-Jarina, no Mato Grosso, com o cacique Raoni Metuktire, do Povo Kaiapó, uma das mais importantes e reconhecidas lideranças indígenas do planeta. Na ocasião, o presidente condecorou Raoni, que tem 93 anos, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, maior honraria do Estado brasileiro, em reconhecimento às realizações do líder indígena em favor dos povos originários e da proteção do meio ambiente.

“Raoni é uma liderança que inspira paz, sabedoria ancestral e profundo conhecimento sobre as necessidades da terra e a relação do homem com a natureza. Por isso mesmo, atrai atenção e apreço de tanta gente em todo mundo, anônimos, intelectuais, celebridades nacionais e internacionais”, afirmou Lula.

O presidente se reuniu com Raoni e outros caciques indígenas de diferentes etnias que também vivem no Parque Nacional do Xingu.

“Hoje é um dia de homenagem, mas também de escuta das demandas de vocês e encaminhamento das soluções. Somos um governo que respeita os povos indígenas, reconhece seus direitos e trabalha dia e noite, noite e dia, para que eles sejam assegurados”, acrescentou o presidente.

Em seu discurso, cacique Raoni enalteceu o compromisso de Lula com os povos indígenas e pediu que o presidente trabalhe um sucessor que dê continuidade às políticas indigenistas do governo.

“Eu quero pedir para o senhor pensar no seu sucessor, que tem que ser o próximo presidente, para continuar sua forma de trabalho, e defender nossos indígenas e territórios”, afirmou.

Raoni também aproveitou a oportunidade para criticar a possibilidade da exploração de petróleo na Margem Equatorial, re-

gão marítima do estado do Amapá a 550 quilômetros da Foz do Rio Amazonas.

Como pajé, Raoni falou sobre advertência espiritual que tem recebido acerca dos riscos da exploração. A iniciativa na Margem Equatorial é criticada por ambientalistas e indígenas, mas conta com autorizações preliminares do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em favor da Petrobras.

“Eu estou sabendo que lá na Foz do Rio Amazonas, o senhor está pensando no petróleo debaixo do fundo do mar. Eu penso que não [é adequado]. Essas coisas, na forma como estão, garantem que a gente tenha o meio ambiente e a Terra com menos poluição e menos aquecimento. Se isso acontecer [exploração do petróleo], eu sou pajé também, eu já tive contato com espíritos que sabem do risco que a gente tem de continuar trabalhando dessa forma, de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir, de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

de destruir, destruir e destruir,

gão marítima do estado do Amapá a 550 quilômetros da Foz do Rio Amazonas.

Como pajé, Raoni falou sobre advertência espiritual que tem recebido acerca dos riscos da exploração. A iniciativa na Margem Equatorial é criticada por ambientalistas e indígenas, mas conta com autorizações preliminares do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em favor da Petrobras.

“Eu estou sabendo que lá na Foz do Rio Amazonas, o senhor está pensando no petróleo debaixo do fundo do mar. Eu penso que não [é adequado]. Essas coisas, na forma como estão, garantem que a gente tenha o meio ambiente e a Terra com menos poluição e menos aquecimento. Se isso acontecer [exploração do petróleo], eu sou pajé também, eu já tive contato com espíritos que sabem do risco que a gente tem de continuar trabalhando dessa forma, de destruir, destruir e destruir,

com consequências muito grandes que não conseguiremos parar”, alertou.

Também presente ao evento na Aldeia Piraçu, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, destacou que o atual governo assinou 13 decretos de terras indígenas e emitiu 11 novas portarias declaratórias, avançando em procedimentos de demarcação.

O convite para a visita ao território foi feito no mês passado, quando o presidente recebeu lideranças da região no Palácio da Alvorada.

O Parque Nacional Indígena do Xingu ocupa uma área de mais de 2,6 milhões de hectares, em uma zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia, onde vivem mais de 5,5 mil indígenas de diferentes etnias e territórios: Yawalapiti, Aweti, Ikpeng, Kaiabi, Kalapalo, Kamaiurá, K’êdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Wauja, Tapayuna, Trumai e Yudja. (Agência Brasil)

Movimento feminista protesta contra revogação da pena de Daniel Alves

Representantes de coletivos e movimentos feministas realizaram, na sexta-feira (4), um ato simbólico em frente ao Consulado Geral da Espanha em São Paulo contra a decisão do Tribunal Superior de Justiça da Catalunha, que revogou a condenação do jogador Daniel Alves por violência sexual.

O protesto teve como objetivo denunciar a impunidade em casos de violência contra as mulheres e exigir justiça para a vítima.

Segundo a organização, o ato foi pacífico e visou reforçar a solidariedade internacional feminista e pressionar a Justiça espanhola por uma revisão da decisão judicial, que é vista como um retrocesso na luta contra a violência de gênero pelas entidades participantes.

Durante a manifestação, foram exibidos cartazes contra a impunidade e houve uma simulação de sangue escorrendo pela calçada e dinheiro voando.

“Os movimentos feministas presentes consideram a absolvição escandalosa e temem um retrocesso na aplicabilidade da lei “não se cale” e da lei “não é não”, no Brasil e na Espanha, através do descrédito da população, das vítimas e da própria justiça, bem como temem o aumento da subnotificação desses tipos de crime. Não toleraremos que a impunidade soe como portas abertas à violência de gênero. Justiça por todas as vítimas”, dizem as entidades.

O episódio de abuso sexual do qual Daniel é acusado aconteceu no banheiro de uma boate na cidade espanhola de Barcelona, em dezembro de 2022, contra uma mulher de 23 anos. O tribunal concluiu, na época, que não houve consentimento da jovem para o ato sexual e que existiam elementos de prova, além do testemunho da mulher, para dar materialidade à violação.

Em fevereiro do ano passado, o ex-jogador da seleção brasileira havia sido sentenciado a 4 anos e 6 meses de prisão pelo Tribunal de Barcelona por “agressão sexual”, um crime que na Espanha é equivalente ao estupro no Brasil. Daniel Alves foi solto 1 ano e 4 meses, mediante o pagamento de fiança de 1 milhão de euros.

Recentemente, a Câmara de Apelações do Tribunal de Justiça da Catalunha absolveu o ex-jogador ao concluir que o depoimento da jovem foi insuficiente para contrariar a presunção de inocência. O veredito foi revertido diante da descrição inicial, já que mesmo as imagens das conversas entre os dois, flagradas pelas câmeras de segurança da boate, não foram suficientes para “destituir de credibilidade o relato de penetração vaginal não consentida”.

O tribunal considerou, também, que a primeira parte do depoimento da vítima não correspondeu às imagens das câmeras. (Agência Brasil)

Ipea: aumento do trabalho informal está ligado à baixa fiscalização

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) relaciona a taxa elevada de trabalho informal no país com a queda da capacidade do Estado de garantir o cumprimento da legislação trabalhista. A nota técnica se chama “Crescimento sem formalização do trabalho: déficit de capacidade fiscalizatória e necessidade de recomposição da burocracia especializada”.

Antes de 2022, o padrão era de que a redução do desemprego fosse acompanhada pelo aumento da taxa de formalização do trabalho. Ou seja, mais pessoas com a Carteira de Trabalho assinada. A exceção foi o período da pandemia de covid-19.

Em 2024, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego atingiu os menores níveis desde 2012: 6,6%. Mas a taxa de informalidade chegou a 31,77%, o maior percentual do período.

O Ipea destaca o número insuficiente de auditores fiscais do trabalho, ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MET), para garantir que empregadores respeitem os direitos trabalhistas dos funcionários. Entre 2012 e 2024, o número de auditores fiscais cresceu 11,4%. No

mesmo período, o número de auditores do trabalho caiu 34,1%.

Em números absolutos, em 2012 eram 19.038 auditores assalariados por auditor. Em 2024, a proporção cresceu 79,95%, passando a ser de 34.260 auditores por auditor, número superior ao recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é de 10 ou 15 mil auditores por auditor.

O técnico de planejamento e pesquisa do Ipea Felipe Pateo, autor do estudo, diz que a fiscalização dos auditores tem dois efeitos. Um direto, de fazer com que trabalhadores sem carteira assinada passem a ter o registro depois de uma ação fiscal, e um indireto, em que o risco de ser fiscalizado faça com que empregadores não cometam irregularidades.

Segundo o estudo do Ipea, se forem contratados 1.800 novos auditores fiscais do trabalho, que é todo o cadastro de aprovados do Concurso Público Nacional Unificado, a arrecadação previdenciária e de multas administrativas aumentará para R\$ 879 milhões. O valor é superior ao custo anual com as contratações de funcionários, calculado em R\$ 560 milhões. (Agência Brasil)

O Brasil firmou o compromisso de destinar 15% dos orçamentos dos programas de desenvolvimento internacional para ações com foco nas pessoas com deficiência, até 2028. A Declaração de Berlim foi assinada durante a terceira edição da Cúpula Global sobre Deficiência, encerrada na quinta-feira (3), em Berlim, na Alemanha.

A delegação brasileira foi liderada pela secretária Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Anna Paula Feminella.

A Declaração de Berlim é o compromisso internacional que destaca a necessidade de fortalecer a cooperação internacional e garantir que políticas de desenvolvimento e ajuda humanitária sejam acessíveis e inclusivas.

O documento foi assinado por cerca de 90 países e também enfatiza a importância da participação ativa das organizações de pessoas com deficiência na for-

mulação e implementação de políticas, além da necessidade de combater múltiplas formas de discriminação, especialmente contra mulheres e crianças.

O material ainda destaca a importância de melhorar a coleta e análise de dados sobre a inclusão da deficiência para subsidiar a construção de políticas públicas.

Os países signatários se comprometeram com a implementação contínua dos direitos das pessoas com deficiência no cenário global, garantindo que a inclusão seja uma realidade para além da Agenda 2030, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Durante o evento, a delegação brasileira apresentou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite. O plano reúne uma série de iniciativas voltadas para promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas com defici-

ência, participação social, tecnologia assistiva e enfrentamento ao capacitismo.

Os representantes do Brasil compartilharam a campanha de combate ao capacitismo desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o projeto Eu Me Protejo, voltado para a educação inclusiva e a prevenção da violência. Também foi apresentado o projeto do Centro de Referência SESC-SENAC de atendimento especializado e capacitação de professores com o objetivo de fortalecer a inclusão educacional e social.

Outras reuniões estratégicas fizeram parte da agenda.

“Nas reuniões, o Brasil compartilhou diversas experiências bem-sucedidas em educação inclusiva e destacou iniciativas voltadas para a adoção da Linguagem Simples como um recurso importante de acessibilidade”, disse Anna Paula Feminella, em comunicado divulgado pelo ministério.

Número de novas empresas no Paraná cresce 32,55% no 1º trimestre de 2025

O Paraná registrou um aumento de 32,55% no número de novas empresas no primeiro trimestre de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024.

O aumento refere-se ao saldo acumulado, calculado a partir da diferença entre o número de aberturas e de baixas de empresas. De janeiro a março deste ano o saldo acumulado foi de 46.032 empresas, enquanto de janeiro a março de 2024 houve 34.728 novas empresas.

Os dados positivos estão no relatório Painel de Empresas, relatório da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), publicado na sexta-feira (4).

Entre janeiro e março deste ano, foram abertas 103.536 empresas, um acréscimo de 30.229 novos registros em relação ao acumulado de fevereiro, quando somavam 73.307. Na comparação com o registrado no primeiro trimestre de 2024 (79.667), os três

primeiros meses deste ano registraram aumento de 30%.

A maior parte das empresas abertas permaneceu de microempresários individuais, com 73% do total (77.611). Em seguida, aparecem as empresas do tipo Limitada, que representaram 25% das aberturas (24.052). O Paraná somou 1.818.625 empresas ativas em março.

Também foram baixadas 57.504 empresas no Paraná no primeiro trimestre. Especificamente no mês de março, o número de baixas do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) foi 5% menor que em fevereiro. Enquanto no mês anterior foram fechados 18.806 negócios no Estado, em março o número caiu para 17.902.

Os mais de 103 mil negócios abertos no primeiro trimestre demonstram o vigor econômico paranaense.

“Esse desempenho evidencia

a confiança dos empreendedores no ambiente econômico do nosso Estado. Destaco especialmente o saldo positivo superior a 46 mil novos negócios até março, representando não apenas uma quantidade maior de abertura de empresas, mas também um cenário de estabilidade econômica e maior sustentabilidade para os negócios locais”, diz o presidente da Jucepar, Marcos Rigoni.

Para ele, os bons números são resultados diretos das iniciativas de simplificação e desburocratização, especialmente com a classificação das empresas com o selo de Baixo Risco, agilizando processos e reduzindo custos para o empreendedor paranaense.

Duas em cada 10 empresas abertas no primeiro trimestre deste ano no Paraná foram beneficiadas pelo Selo do Baixo Risco. Nesse período, 6.300 novos negócios foram abertos a partir do protocolo, que é aplicado a 771

“Ao longo do evento, também abordamos os impactos dos desastres climáticos. Dados apresentados no evento reforçam a urgência dessas questões, revelando que 50% da população global de pessoas com deficiência vivem em áreas urbanas, a maioria das quais ainda não está preparada para oferecer uma resposta inclusiva a situações de emergência”, afirmou a secretária.

A Cúpula Global sobre Deficiência foi criada em 2017 para se tornar uma plataforma para impulsionar o desenvolvimento inclusivo e ações humanitárias para pessoas com deficiência, especialmente em países em desenvolvimento.

Durante os dois dias de evento, os governos e organizações participantes foram chamados a assumir compromissos concretos, desde pequenas iniciativas até mudanças sistêmicas para fortalecer a inclusão em nível global. (Agência Brasil)

atividades econômicas desde 31

de janeiro de 2024, quando passou a vigorar o Decreto 3.434 de 2023 – mais conhecido como Decreto do Baixo Risco.

O decreto faz parte do programa Descomplicar Paraná, que visa desburocratizar os processos ao empresariado paranaense, promovendo a fluidez da economia. O Selo do Baixo Risco não contempla os microempreendedores individuais, que já são isentos de alvarás e licenciamentos.

Além das aberturas, outras 4.966 alterações de empresas foram realizadas no primeiro trimestre deste ano a partir do decreto, totalizando 11.266 beneficiados. Curitiba continuou liderando o ranking dos municípios com maior número de empresas com o selo de Baixo Risco, acumulando 3.660 empresas até março, seguida por Maringá (978), Londrina (680), São José dos Pinhais (415) e Cascavel (391). (AENPR)

ENGINEERING

1. Contexto Operacional: A Engineering do Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, fazendo parte do Grupo Engineering, com sede na Itália. A Engineering é uma companhia global de Tecnologia da Informação e Consultoria especializada em Transformação Digital.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em reais)
T I V O S
Circulantes
Caixa e equivalente de caixa
Contas a receber
Partes relacionadas
Impostos a recuperar
Outros créditos

Não circulantes
Impostos diferidos
Investimentos
Imobilizado
Direito de uso
Intangível
Total dos ativos
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Circulantes
Fornecedores
Salários e encargos sociais
Impostos e contribuições a recolher
Partes relacionadas
Adiantamentos de clientes
Arrendamento a pagar
Dividendos a pagar
Outras obrigações

Não circulantes
Empréstimos com partes relacionadas
Provisão para contingências e riscos
Arrendamento a pagar
Patrimônio Líquido
Capital social
Reserva legal
Reservas de lucro
Total dos passivos e do patrimônio líquido

ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Energia e utilidades, Metais e Minério, Soluções Fiscais e Telecomunicação e Mídia. Resumo Financeiro do Ano: A economia brasileira encerrou o ano de 2024 melhor do que o previsto pelos analistas de mercado e como a décima maior economia do mundo. O PIB cresceu 3,4%, inflação de 4,83% está sob controle e dentro da meta estabelecida pelo banco central, mas a moeda desvalorizou-se 20% face ao euro, mostrando seu pior desempenho desde 2020.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em reais)
Receita operacional líquida
Custo dos serviços prestados
Lucro Bruto
Despesas operacionais
Despesas gerais e administrativas
Despesas tributárias
Lucro operacional antes das receitas e (despesas) financeiras, líquidas
Recargas financeiras
Despesas financeiras
Resultado financeiro líquido
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social
Impostos correntes
Impostos diferidos
Lucro líquido do exercício
Lucro líquido por ação

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em reais)
Lucro líquido do exercício
Outros resultados abrangentes
Resultado abrangente total do exercício

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em reais)
Eventos
Saldos em 31 de dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício
Constituição de reserva legal
Reservas de lucros
Dividendos mínimos obrigatórios
Saldos em 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício
Constituição de reserva legal
Reservas de lucros
Dividendos mínimos obrigatórios
Saldos em 31 de dezembro de 2024

EBITDA de 11% (2023 - 10%). A gestão consistente da liquidez da empresa permitiu-lhe pagar a totalidade do valor principal do empréstimo que tinha com a matriz em 2023 e a totalidade dos juros relativos a esses empréstimos em 2024. Conclusão e Agradecimento: Enviávamos aos Senhores Acionistas para aprovação as Demonstrações Financeiras encerradas no exercício de 31 de dezembro de 2024, bem como a proposta da Administração para deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Gostaríamos ainda, de registrar nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram com o nosso resultado.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em reais)
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Lucro líquido do exercício
Depreciação de imobilizado
Amortização intangível
Amortização direito de uso
Baixa de ativo imobilizado
Baixa de ativo intangível
Baixa direito de uso
Equivalência patrimonial
Atualização monetária e juros sobre INSS liminar
Juros incorridos e variação cambial de empréstimos
Provisão para perda de crédito esperada
Provisão para contingências
Ativo fiscal diferido

Variação dos ativos e passivos operacionais
Contas a receber
Impostos a recuperar
Outros créditos
Partes relacionadas
Fornecedores
Salários e encargos sociais
Impostos, taxas e contribuições
Débitos com partes relacionadas
Pagamento de contingências
Adiantamento de clientes
Outras obrigações
Caixa gerado pelas atividades operacionais
Imposto de renda e contribuição social pagos
Pagamento de juros
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Atividades de investimento
Baixa de ativo imobilizado
Aquisição de ativo imobilizado
Aquisição de ativo intangível
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos
Atividades de financiamentos
Empréstimos pagos
Passivos de arrendamentos (IFRS 16)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento
Redução de caixa e disponibilidades de caixa
Variação do caixa e equivalentes de caixa:
No início do exercício
No fim do exercício
Redução de caixa e disponibilidades de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais - R\$)

1. Contexto operacional
A Engineering do Brasil S.A. (doravante denominada "Companhia"), foi constituída em 8 de fevereiro de 2008 e iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2008. A Companhia possui como atividades principais: comercialização, a importação, a exportação e a prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo assistência técnica, manutenção de software e treinamento, pesquisa e desenvolvimento de projetos.

2. Principais práticas contábeis
2.1. Base de preparação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a sua moeda de apresentação. Continuidade operacional: As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração avaliou e não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 meses. As principais práticas contábeis adotadas são: 2.2. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Na aplicação das políticas contábeis a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos de acordo com julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem teste de recuperabilidade de ativo intangível ("impairment") provisões para crédito de perdas esperadas e provisão para risco e contingência. Anualmente a Companhia revisa essas estimativas e premissas. 2.3. Caixa e equivalente de caixa: Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, liquidez plena e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos pelo seu valor justo por meio do resultado. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações e exportações de serviços e licenças. 2.5. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e em função do custo incorrido em cada projeto em andamento, incluindo os respectivos impostos incidentes. A provisão para crédito para perda esperada do contas a receber e dos valores a futurar foi constituída em montante considerado suficiente para suportar as eventuais perdas. 2.6. Reconhecimento da receita: As receitas de prestação de serviços, os custos com compras de licenças e gastos com mão de obra técnica dos projetos turn key são apropriados ao resultado à medida que os projetos avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado "WIP" - serviços em processo - apresentado na rubrica do contas a receber como valores a futurar, "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada projeto vendido, ou seja, (i) o reconhecimento das receitas ocorre à medida que a implementação do projeto avança. O método WIP é considerado utilizado o custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos projetos sobre as vendas de serviços; (ii) as receitas de vendas de serviços autorizadas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, são contabilizadas como contas a receber em contrapartida de receitas de prestação de serviços. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. As receitas de projetos de time & material são reconhecidas mensalmente à medida que são alocadas mão de obra técnica para atendimento a clientes, as receitas de manutenção são reconhecidas mensalmente à medida que os contratos com os clientes evoluem e as receitas de venda de licenças são reconhecidas quando da transferência da responsabilidade da licença ao cliente. 2.7. Investimento em coligada: O investimento em coligada é registrado pelo método do equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). 2.8. Imobilizado: O imobilizado é demonstrado no custo de aquisição e instalação, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil econômica estimada dos bens de acordo com o descrito na nota explicativa nº 9. A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de efetuar provisão para redução do valor dos imobilizados ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2024. 2.9. Intangível e ágio: Ativos intangíveis consistem em softwares de computador adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada. Eles são amortizados em função do correspondente período econômico, ao longo de sua vida útil estimada de três a cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A capacidade de usar o vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período em que incorridos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio gerado em uma combinação de negócios, o montante do ágio apurado é alocado à "Unidade Geradora de Caixa - UGC" para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional. A Companhia testa anualmente seu ágio e outros ativos de longo prazo e sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas dos valores reais usadas, pela Companhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. 2.10. Demais ativos e passivos circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de realização. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos correspondentes encargos. 2.11. Provisões para riscos: As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. 2.12. Empréstimos e financiamentos: Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. 2.13. Impostos de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidas na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes. 2.14. Direito de uso e arrendamento mercantil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental obtida por fontes externas da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental por meio de fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. 2.15. Instrumentos financeiros: 2.15.1. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. a) Ativos financeiros: Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a com-

pras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) Classificação de ativos financeiros: Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir o coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. ii) Custo amortizado e métodos da taxa de juros efetiva: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório. b) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. i) Classificação de passivos financeiros: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por aplicações automáticas e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (nota explicativa nº 4) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5). Esses ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. 2.15.2. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas de importação de equipamentos, cuja proteção se dá por compromissos firmes, mediante o valor justo da compensação entre o item e instrumento é registrada diretamente no resultado. 2.16. Lucro líquido por ação: O lucro líquido por ação foi calculado em conformidade com o CPC 41 (aprovado pela Resolução CFC 1287/10). O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada das ações disponíveis durante o período.

3. Novas normas, revisões e interpretações emitidas
IFRS novas e alteradas em vigor no exercício corrente: Alterações à IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores: A Companhia analisou as alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores. As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. As alterações contêm disposições de transição específicas para o primeiro período de relatório anual no qual a entidade aplica as alterações. A Companhia avaliou as recentes alterações nas normas, após análise, concluiu-se que tais alterações não resultaram em impactos nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. Alterações à IAS 1/CPC 26 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Companhia avaliou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos de serviço. Alterações à IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenant": A Companhia avaliou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso inclui informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumprí-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indicam que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants". Alteração à IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback": A Companhia avaliou as alterações à IFRS 16 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 as transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplica a IFRS 16 pela primeira vez. 3.1. IFRS's novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos IFRS's novas e revisadas a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis.

Norma Descrição Data Efetiva
Alteração à IAS 21/CPC 02 Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de convertibilidade. 01/01/2025
CPC 26 (IFRS 18) Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras A definir
CPC 33 (IFRS 19) Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações 01/01/2027
A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos para atender às necessidades de caixa de curto prazo para investimentos estratégicos, capital de giro e para outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia incluem, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), depósito em conta corrente e conta para garantia contratual para gestão de risco em aquisições precedentes.
31/12/2024 31/12/2023
Caixa - Moeda Nacional 7.822 6.601
Bancos conta movimento 18.499.645 3.058.368
Certificados de Depósitos Bancários (a) 16.561.975 26.268.669
35.069.442 29.333.638
(a) As aplicações em CDB são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco, remuneração condizente com as taxas aplicadas pelo mercado e liquidez em até 90 dias. Em 2024 os recursos aplicados foram remunerados à taxa média de 12%a.a. (13% a.a. em 2023).

5. Contas a receber
Mercado interno 31/12/2024 31/12/2023
137.824.165 156.361.191
Mercado externo 1.771.419 3.200.131
Contas a receber bruto 139.595.584 159.561.322
(-) Provisão para crédito de perda esperada (17.565.527) (16.676.156)
Contas a receber líquido 122.030.057 142.885.166
A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos que a Companhia mensura por meio de aging-test e baseada na experiência de perda de crédito histórico, quando da tal informação para refletir o melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras do cliente. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para crédito de perda esperada:

31/12/2024 31/12/2023
Caixa - Moeda Nacional 7.822 6.601
Bancos conta movimento 18.499.645 3.058.368
Certificados de Depósitos Bancários (a) 16.561.975 26.268.669
35.069.442 29.333.638
(a) As aplicações em CDB são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco, remuneração condizente com as taxas aplicadas pelo mercado e liquidez em até 90 dias. Em 2024 os recursos aplicados foram remunerados à taxa média de 12%a.a. (13% a.a. em 2023).

31/12/2024 31/12/2023
16.676.156 6.616.161
Complemento de provisão no exercício 2.421.473 479.654
Transferência de provisão para contingências e riscos (a) - 15.834.695
Valor baixas de provisão (1.532.102) (258.354)
Saldo no final do exercício 17.565.527 16.676.156
Em 2023, além do valor de R\$841.461 registrado como provisão para perdas esperadas de recebíveis já faturados, a companhia, por meio de julgamento dos seus diretores, optou em transferir da rubrica de provisão de riscos o registro da provisão para perdas esperadas no montante de R\$15.939.624, referente aos valores de R\$41.318.619, registrados como recebíveis, oriundos de projetos já finalizados e que a Companhia está em discussão judicial, conforme descrito na nota explicativa no. 16. Dessa maneira a direção da Companhia considera que o valor provisionado é suficiente para mitigar qualquer prejuízo envolvido nos referidos processos. Adicionalmente, no exercício de 2024 o valor de R\$ 17.565.527 registrado como provisão para perdas esperadas de recebíveis faturados é considerado suficiente pela Companhia. O montante a receber por idade de vencimento é composto da seguinte maneira:

31/12/2024 31/12/2023
47.747.102 43.312.722
A futurar 79.223.315 104.945.844
Títulos vencidos
De 01 a 30 dias 1.082.145 590.818
De 31 a 60 dias - 38.150
De 61 a 90 dias - 14.672
De 91 a 120 dias 112.416 865.124
Acima de 120 dias (b) 10.430.606 9.793.992
Contas a receber líquido 139.595.584 159.561.322

b) Referente a projetos que já foram finalizados e que a Companhia está em discussão judicial conforme processo descrito na nota explicativa nº 16. Os advogados classificaram a perda dessa ação como possível. No exercício de 2024 não houve mudança no prognóstico de perda.

6. Impostos a recuperar
A Companhia analisou a realização do saldo e concluiu que os valores serão recuperados ao longo dos próximos 12 meses. A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar por esfera governamental:

31/12/2024 31/12/2023
Tributos Federais 3.385.310 31
Tributos Estaduais 27.639 27.639
Total 3.412.949 27.670

7. Outros créditos
31/12/2024 31/12/2023
Depósitos judiciais (a) 920.337 1.582.167
Outros créditos 463.137 681.659
Total 1.383.474 2.263.826
(a) Referente a depósitos realizados em juízos atrelados à discussões judiciais que os assessores jurídicos da Administração avalia probabilidade de perda como provável, e registrou a respectiva provisão para contingência, conforme nota explicativa nº 16.

Participação 31/12/2024 31/12/2023
Eng da Argentina (a) 1,18% 123.107 123.107
Total 123.107 123.107
(a) A Administração avaliou a movimentação do investimento na entidade Eng da Argentina para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não houve mudanças.
Movimentação do investimento:
Patrimônio líquido da investida em 31/12/2023 10.432.785
do investimento 1,18%
Saldo do investimento 123.107
9. Imobilizado
Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação e são depreciados pelo método linear. A seguir apresentamos detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia:

Máquinas e equipamentos Computadores Móveis e Utensílios Benf. em bens intangíveis Total
Saldo em 31/12/2022 214.250 4.239.580 1.148.926 3.067.994 8.670.750
Adições 235.010 98.334 271.947 605.291
Baixa (60.713) (5.351) (429.967) (496.031)
Saldo em 31/12/2023 153.537 4.469.239 817.293 3.339.941 8.780.010
Adições - 585.794 - - 585.794
Baixa - (16.742) - - (16.742)
Saldo em 31/12/2024 153.537 5.038.291 817.293 3.339.941 9.349.062
Depreciação
Saldo em 31/12/2022 (195.676) (3.348.879) (622.629) (1.693.491) (5.860.675)
Adições (5.773) (441.925) (103.761) (314.428) (865.887)
Baixa 57.251 528 302.771 - 360.550
Saldo em 31/12/2023 (144.198) (3.790.276) (423.619) (2.007.919) (6.366.012)
Adições (2.914) (442.982) (66.909) (317.525) (830.330)
Baixa - 5.100 - - 5.100
Saldo em 31/12/2024 (147.112) (4.228.158) (490.528) (2.325.444) (7.191.242)
Saldo em 31/12/2023 9.339 678.963 393.674 1.332.022 2.413.998
Saldo em 31/12/2024 6.425 810.133 326.765 1.014.497 2.157.820
Taxa de depreciação 10% 20% 10% 20%

Software desenvolvido internamente (a) Software em andamento (b) Marcas e patentes Ágio (b) Total
Custo em 31/12/2022 38.075.106 1.871.629 8.110.567 19.010 3.010.955 51.087.267
Adições - - 16.586.477 - - 16.586.477
Baixa - - (43.186) - - (43.186)
Transferências - 7.506.632 (7.506.632) - - -
Saldo em 31/12/2023 38.075.106 9.378.261 17.147.226 19.010 3.010.955 67.630.558
Adições 2.871.981 - 14.226.355 - - 17.098.336
Baixa - - - - - -
Transferências 2.528.208 14.619.018 (17.147.226) - - -
Saldo em 31/12/2024 43.475.295 23.997.279 14.226.355 19.010 3.010.955 84.728.894
Amortização:
Saldo em 31/12/2022 (37.333.204) - - - - (37.333.204)
Adições (390.471) (3.328.102) - - - (4.718.573)
Saldo em 31/12/2023 (37.723.675) (3.328.102) - - - (41.051.777)
Adições (3.846.009) (7.999.425) - - - (11.845.434)
Baixa - - - - - -
Transferências - - - - - -
Saldo em 31/12/2024 (41.569.684) (11.327.527) - - - (52.897.211)
Saldo em 31/12/2023 351.431 6.050.159 17.147.226 19,010 3,010,955 26.578,781
Saldo em 31/12/2024 1.905,611 12,669,752 14,226,355 19,010 3,010,955 31,831,683
Taxa de amortização 20% 33%



ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67

	Ativo	Passivo	Receita	Custo
Engineering I.I. S.p.A.	490.865	2.527.354	2.823.555	2.643.408
Engi dA Argentina S.A.	890.627	1.699.992	73.000	135.783
WebResults	234.276	3.803	234.276	-
ENG SPA	121.100	-	-	-
IT Soft USA INC	403.165	-	1.531.872	-
Total	2.140.033	4.231.149	4.662.703	2.779.191

As operações com partes relacionadas são predominantemente transações de importação e exportação de serviços relacionados à tecnologia, previamente definidas com uma margem de 20% sobre valores por hora de acordo com o nível do consultor. **Remuneração da Administração:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante dos honorários dos administradores é de R\$3.647.500 (R\$3.109.875 em 2023), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo) e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15. Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas
Durante o ano de 2024 a companhia realizou o pagamento dos juros do empréstimo no montante de R\$23.305.173, já incluso variação cambial do período de R\$1.534.061, que mantinha com a sua matriz. A movimentação do saldo de empréstimo é como segue:

	Finalidade	Indexador	31/12/2024	31/12/2023
Engineering Engenharia Informática	Circulante	Capital de giro	5%	-
SPA (Controladora)				21.771.112
	Não Circulante			-
				21.771.112

A movimentação do saldo de empréstimo é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	21.771.112	39.230.626
Juros e encargos	-	438.019
Varição cambial	1.534.061	(1.823.533)
Pagamento principal	-	(16.074.000)
Pagamento de Juros e Encargos (*)	(23.305.173)	-
Total	-	21.771.112

(*) A Companhia firmou um contrato de empréstimos com a sua controladora e ao longo dos exercícios anteriores realizou o pagamento apenas do montante principal devido, conforme acordado entre as partes. Em 2024 a Companhia quitou os valores referente aos juros da dívida reconhecidos em exercícios anteriores.

16. Provisão para contingência e riscos

As provisões para riscos relacionadas a processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais. No encerramento do exercício apenas ações trabalhistas foram classificadas como risco provável e estão assim apresentadas:

	31/12/2023	Adição	Reversão	Pagamento	31/12/2024
Civil (a)	4.083.869	-	-	(4.083.869)	-
Trabalhista	2.436.602	546.135	-	-	2.982.737
Tributário	171.934	-	-	(171.934)	-
Total	6.692.405	546.135	-	(4.255.803)	2.982.737

(a) A Companhia discutia judicialmente a rescisão de contrato junto a um fornecedor por quebra de cláusula contratual, sendo que a ação foi julgada parcialmente procedente durante o ano de 2022 e estava aguardando remessa dos autos para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM) para julgamento de apelação. Em 2024 o processo foi transitado em julgado com decisões favoráveis ao reclamante. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço. A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R\$ 8.320.307, ações de naturezas cíveis no valor de R\$ 16.306.592 e processos administrativos no valor de R\$ 33.162.936, ações que envolvem riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	1.236.414	2.982.737
Administrativo	33.162.936	29.839.890
Tributária	8.320.307	12.643.105
Cível	16.306.592	25.580.271
Total	57.789.835	69.299.806

A Administração em conjunto com a assessoria de seus advogados externos não espera a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

17. Adiantamentos de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Turn key	2.842.402	278.229
Time & Material	2.482.246	533.319
Licença	172.500	-
Manutenção	659.152	16.987
Total	6.156.300	828.935

A Companhia encerrou o exercício com R\$ 6.156.300 de faturamento antecipado que se realizará ao longo de 2025 de acordo com a evolução do projeto, conforme contratos assinados.

18. Arrendamento a pagar e direito de uso

O IFRS 16/PCP 06 (RZ) é um modelo de contabilização de arrendamentos mercantis no balanço patrimonial e que devem reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia reconheceu novos ativos de direito de uso para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e veículos. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos amortização do contrato e despesas de juros referente às obrigações de arrendamento. O passivo registrado, representa as obrigações futuras de efetuar o pagamento do arrendamento já a valor presente.

	31.12.2023	Adições	Pagamentos	31.12.2024
Leasing Veículos	1.782.245	-	(1.133.233)	649.012
Leasing Hardwares	1.040.918	-	(866.988)	173.935
Leasing Escritório	293.364	1.977.024	(252.146)	2.018.242
Total	3.116.527	1.977.024	(2.252.362)	2.841.189

	31.12.2023	31.12.2024
Circulante	1.443.094	1.443.094
Não Circulante	1.398.095	1.398.095

Abaixo a Companhia divulgou a movimentação do saldo de arrendamento a pagar por tipo de bem.

	Valor
Custo total em 31 de dezembro de 2023	8.284.193
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2023	(5.167.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.116.527
Novos contratos	1.977.024
Amortização e depreciação do exercício	(2.522.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.566.402
Custo total	10.261.215
Amortização e depreciação acumulada	(7.694.815)
Valor residual	2.566.400

Aos Acionistas e Administradores da **Engineering do Brasil S.A.**

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Engineering do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações financeiras, que representam a situação financeira da Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

	31/12/2024	31/12/2023
19. Patrimônio líquido		
a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$51.630.020, está representado por 51.630.020 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas.		
Acionistas	31/12/2024	31/12/2023
Engineering Engenharia Informática SPA	51.630.019	51.630.019
Engineering D. HUB SPA	1	1
Total	51.630.020	51.630.020

b) Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

20. Receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta	301.093.227	298.355.739
Impostos Federais	(10.852.561)	(10.878.081)
INSS Desonerado(a)	(13.259.109)	(13.066.728)
Impostos Estaduais	(6.421)	(13.495)
Impostos Municipais	(8.510.017)	(8.567.298)
Impostos sobre vendas	(32.628.108)	(32.525.620)
Receita líquida	268.465.119	265.830.137

a) A desoneração da folha de pagamento é a substituição da Contribuição Previdenciária Patronal, imposto incidente sobre o total da remuneração dos colaboradores, pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta é calculada sobre o montante do negócio a partir de um percentual que varia de acordo com o ramo. A empresa pode optar anualmente pelo regime que for mais conveniente, sendo sempre o pagamento da CPRB mensal, no caso da Engineering do Brasil, o percentual de 4,5%.

21. Gastos por natureza - custos e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Custo sobre serviços prestados		
Hardware e Software	269.544	379.501
Gasto com pessoal	105.389.590	126.714.482
Serviços prestados por terceiros	69.506.851	61.558.973
Total	175.165.985	189.067.956

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Administrativas		
Gasto com pessoal	41.085.274	37.578.871
Serviços prestados por terceiros	9.733.144	7.981.469
Viagens	2.447.288	3.398.116
Depreciação e Amortização	15.917.812	7.412.735
Outros	1.745.095	2.989.226
Total	70.208.612	59.360.327

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias		
Operações de câmbio	1.651.078	1.580.972
Tributos Municipais	151.949	170.982
Outros	137.084	427.144
Total	1.940.111	2.179.102

22. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas		
Despesas bancárias	(182.507)	(120.927)
Varição cambial	(14.085.348)	(677.868)
Arrendamento passivo - IFRS167	(420.954)	(624.834)
Juros passivos	(10.855.217)	(438.019)
Total	(25.544.026)	(1.861.648)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receita de aplicação financeira	2.674.509	1.890.202
Varição cambial	11.552.030	2.238.189
Total	14.226.539	4.128.391
Total	(11.317.487)	2.266.743

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A Companhia adotou para o exercício de 2024, como nos exercícios anteriores, a metodologia de apuração do resultado tributário pelo regime do lucro real anual e considerou, também sem alterar em relação aos exercícios anteriores, o regime de competência para a tributação da variação cambial ocorrida no exercício. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. • O saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(182.507)	(120.927)
Varição cambial	(14.085.348)	(677.868)
Arrendamento passivo - IFRS167	(420.954)	(624.834)
Juros passivos	(10.855.217)	(438.019)
Total	(25.544.026)	(1.861.648)

Receitas
Receita de aplicação financeira
Varição cambial

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aplicação financeira	2.674.509	1.890.202
Varição cambial	11.552.030	2.238.189
Total	14.226.539	4.128.391
Total	(11.317.487)	2.266.743

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A Companhia adotou para o exercício de 2024, como nos exercícios anteriores, a metodologia de apuração do resultado tributário pelo regime do lucro real anual e considerou, também sem alterar em relação aos exercícios anteriores, o regime de competência para a tributação da variação cambial ocorrida no exercício. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. • O saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(182.507)	(120.927)
Varição cambial	(14.085.348)	(677.868)
Arrendamento passivo - IFRS167	(420.954)	(624.834)
Juros passivos	(10.855.217)	(438.019)
Total	(25.544.026)	(1.861.648)

Receitas
Receita de aplicação financeira
Varição cambial

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aplicação financeira	2.674.509	1.890.202
Varição cambial	11.552.030	2.238.189
Total	14.226.539	4.128.391
Total	(11.317.487)	2.266.743

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A Companhia adotou para o exercício de 2024, como nos exercícios anteriores, a metodologia de apuração do resultado tributário pelo regime do lucro real anual e considerou, também sem alterar em relação aos exercícios anteriores, o regime de competência para a tributação da variação cambial ocorrida no exercício. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. • O saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(182.507)	(120.927)
Varição cambial	(14.085.348)	(677.868)
Arrendamento passivo - IFRS167	(420.954)	(624.834)
Juros passivos	(10.855.217)	(438.019)
Total	(25.544.026)	(1.861.648)

Receitas
Receita de aplicação financeira
Varição cambial

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de aplicação financeira	2.674.509	1.890.202
Varição cambial	11.552.030	2.238.189
Total	14.226.539	4.128.391
Total	(11.317.487)	2.266.743

23. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos
A Companhia adotou para o exercício de 2024, como nos exercícios anteriores, a metodologia de apuração do resultado tributário pelo regime do lucro real anual e considerou, também sem alterar em relação aos exercícios anteriores, o regime de competência para a tributação da variação cambial ocorrida no exercício. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. • O saldo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(182.507)	(120.927)
Varição cambial	(14.085.348)	(677.868)
Arrendamento passivo - IFRS167	(420.954)	(624.834)
Juros passivos	(10.855.217)	(438.019)
Total	(25.544.026)	(1.861.648)

Receitas
Receita de aplicação financeira
Varição cambial

	31/12/2
--	---------

BRJ EDUCAÇÃO S.A. (Anteriormente denominado Bahema Educação RJ Ltda.) CNPJ nº 25.249.401/0001-00

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.526	902
Menssaldades a receber	6	2.528	2.146
Adiantamentos	7	4.053	3.786
Impostos a recuperar	8	362	982
Outros ativos	9	1.297	1.128
Total do circulante		18.766	8.944
Não circulante			
Outros ativos	9	-	2
Partes relacionadas	9	46.592	38.308
Impostos a recuperar	8	1.854	2.374
Impostos diferidos	-	-	27.069
Depósitos judiciais	18	19	528
Total do não circulante		48.465	68.281
Total do ativo		224.111	215.754

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor por ação)		
Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	22	146.211
Custos	23	(65.824)
Lucro bruto	80.387	60.407
Receitas/(despesas) operacionais	25	(31.568)
Administrativas e gerais	24	(31.568)
Despesas com pessoal	25	(3.774)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	140
Outras receitas operacionais	26	1.997
Outras despesas operacionais	26	(5.499)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(176)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	11.507	10.922
Resultado financeiro	27	1.131
Receitas financeiras	27	(26.129)
Despesas financeiras	27	(24.997)
Prejuízo do exercício	(13.490)	(14.286)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)		
Notas	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais	(13.490)	(14.286)
Prejuízo do exercício	(13.490)	(14.286)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	12 e 24	3.192
Amortização direito de uso imóveis	10	7.115
Juros sobre passivos de arrendamento	27	7.671
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	1.432
Perdas nos recebimentos de clientes	24	(1.552)
Provisão (Reversão) para contingências	18	460
Resultado da equivalência patrimonial	11	176
Juros sobre contas a pagar por aquisição de empresas	27	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14 e 27	9.268
Amortização de mais valia por combinações de negócios	13 e 26	3.868
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	26	21
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos operacionais	1.181	(776)
Tributos a recuperar	(169)	(95)
Menssaldades a receber	(144)	(305)
Outros ativos	(254)	(106)
Adiantamentos	(254)	(106)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	(82)	(135)
Fornecedores	7	7.112
Obrigações trabalhistas	10	327
Obrigações tributárias	18	501
Adiantamento de menssaldades	860	(342)
Outras contas a pagar	(143)	(923)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	32.023	38.758
Atividades de Investimentos	11	(392)
Integralização de capital em controlada Múto concido	-	(38.351)
Recbimento de Múto	-	30.067
Aquisição de investimentos, líquido do caixa e equivalentes	-	(1.293)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	12	(1.940)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(11.909)	461
Atividades de financiamentos	19 (a)	-
Pagamento pela aquisição de controlada	19 (a)	-
Pagamento de arrendamento	20	(11.860)
Pagamento de empréstimos	14	(73.633)
Captação de Múto	14	100
Aumento de Capital	14	100
Aumento de reserva de Capital	19 (a)	74.900
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos	(10.490)	(39.099)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.624	120
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	902
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	10.526
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.624	120

Demonstrações das demonstrações do patrimônio líquido

Atribuível aos acionistas controladores		
Notas	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.571	16.745
Aumento de capital	-	16.745
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21	(14.286)
Aumento de capital	-	97.316
Prejuízo do exercício	21	(82.316)
Aumento de participação societária	-	100
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.100	74.900

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor por ação)		
31/12/2024	31/12/2023	
Prejuízo do exercício	(13.490)	(14.286)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(13.490)	(14.286)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o valor por ação)		
31/12/2024	31/12/2023	
Prejuízo do exercício	(13.490)	(14.286)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(13.490)	(14.286)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. **Contexto operacional:** A BRJ Educação S.A. ("Companhia") é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede da Companhia está localizada na Rua Professor Vahia de Abreu, 340, Sala 1, Vila Olímpia, São Paulo - SP 04549-024. A Companhia está envolvida primariamente na educação básica e continuada, bem como estruturação de cursos de ensino infantil, fundamental, ensino médio e atividades correlatas. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia deixou de ser uma sociedade anônima limitada e passou a ser uma sociedade por ações de capital fechado e teve sua razão social alterada de "Bahema Educação RJ Ltda." para "BRJ Educação S.A."

2. **Relação de entidades controladas:** Em 01 de agosto de 2024, como parte de uma reorganização societária, houve a incorporação da controlada "Centro Educacional Viva Ltda" pela Companhia. As demonstrações contábeis anteriormente consolidadas, a partir da data da incorporação, passou a ser apresentada como uma demonstração contábil individual. Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações contábeis da Companhia incluíam a seguinte empresa controlada:

31/12/2024	% Controlada	31/12/2023	% Controlada
Centro Educacional Viva Ltda. ("Centro Viva")	100	100	100

3. **Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:**
3.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis expedidas e outras transações, e as estimativas e escolhas contábeis utilizadas na sua gestão.
3.2. **Aprovação das demonstrações contábeis:** A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2025. 3.3. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios que foram mensurados pelo seu valor justo.
3.4. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.5. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e escolhas contábeis são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 6 (c)** - Provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa; • **Nota Explicativa nº 13 - Intangível**; • **Nota Explicativa nº 11 - Investimentos**; • **Nota Explicativa nº 18 - Provisão para demandas judiciais**; principais premissas sobre a magnitude das saídas de recursos. 3.6. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a. **Alterações na norma IAS 1/CP 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em dezembro de 2022, e as alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes do término do relatório; • Um passivo como circulante ou não circulante não é afetado pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1 em sua forma atual, terão um impacto significativo nas demonstrações contábeis. b. **Alterações na norma IFRS 16/CP 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CP 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2020, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento de uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve divulgar os "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis. c. **Alterações na IAS 7/CP 03 (R2) e IFRS 7/CP 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e equivalentes de caixa, com exceção de algumas mudanças que fornecem certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis. 3.7. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações à administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na IAS 21/CP 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; b) Alterações na IFRS 7/CP 40 (H1) e IFRS 9/CP 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos financeiros em função da natureza do instrumento; c) Alterações para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) Alterações na IFRS 7/CP 40 (R1) e IFRS 9/CP 48 - podem afetar significativamente as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; e) IFRS 18 apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CP 26 R1 e introduz mudanças em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtítulos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, exceto pela descrita na nota 3. **Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegue mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Reconhecimento de receitas:** As informações sobre as políticas contábeis da Companhia sobre reconhecimento de receita estão descritas na nota explicativa 23. a) **Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração:** A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJORA, do custo de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado; ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJORA - No exercício de 2018, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado. O teste de reconhecimento de perdas de crédito esperadas é realizado com base em informações disponíveis no momento dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJORA. **Ativos financeiros registrados pelo VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:** O CPC 48/ IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas



*** continuação**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis da BAHIA Educação S.A. (Anteriormente denominada Bahama Educação RJ Ltda.) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas administrativas e gerais:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados por terceiros	(5.278)	(4.045)
Conservação de bens e instalações	(6.465)	(5.585)
Impostos e taxas	(1.512)	(1.533)
Depreciação e amortização	(3.192)	(3.106)
Amortização do direito de uso	(7.115)	(6.439)
Outras despesas administrativas	(8.006)	(9.078)
	(31.568)	(29.786)

25. Despesas com pessoal:

	31/12/2024	31/12/2023
Salário	(21.315)	(8.448)
Pró-Labore	(1.062)	(1.183)
Férias	(3.150)	(671)
Décimo terceiro	(625)	(648)
INSS	(3.421)	(2.634)
FGTS	(1.827)	(945)
Outras despesas com pessoal	(2.474)	(1.849)
	(33.774)	(16.378)

26. Outras receitas/(despesas) operacionais:

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais	1.997	1.474
Outras receitas	1.997	1.474
Outras despesas operacionais	(3.868)	(3.935)
Amortização mais-valia	(79)	(9)
Custo na baixa de ativo imobilizado	(1.552)	(1.835)
Perdas nos recebimentos de clientes	(43)	(43)
Outras despesas operacionais	(5.499)	(6.813)
	(3.502)	(4.339)

27. Receita/(despesa) operacional:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	477	13
Rendimentos de aplicações financeiras de fundos de investimentos	10	1.386
Juros ativos	548	495
Multas ativas	96	144
Descontos obtidos	-	-
Outras Receitas Financeiras	-	-
	1.131	2.038

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Juros - AVP - Centro Educacional Viva Ltda.	(48)	(145)
Juros AVP - Arrendamento Mercantil	(7.671)	(6.418)
Juros passivos	(2.687)	(3.934)
Encargos sobre empréstimo	(9.268)	(12.971)
Comissão Fiança	(3.196)	-
Multa sobre impostos	(1.410)	(864)
Outras despesas financeiras	(1.948)	(1.268)
	(26.128)	(27.246)
	(24.997)	(25.208)

28. Imposto de Renda e Contribuição Social: Conciliação de base para imposto recolhido:

	31/12/2024	31/12/2023
Alíquota fiscal Combinada	34%	34%
Tributos sobre lucros	4.567	4.857
Ajustes ao resultado:		
Reversão de crédito liquidação duvidosa	-	438
Equivalência Patrimonial	(60)	(91)
Combinação de negócio	(3.923)	(3.935)
Outras adições/exclusões líquidas	(3.953)	3.568
	(7.966)	-

Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro

	31/12/2024	31/12/2023
Alíquota fiscal Combinada	34%	34%
Tributos sobre lucros	4.567	4.857
Ajustes ao resultado:		
Reversão de crédito liquidação duvidosa	-	438
Equivalência Patrimonial	(60)	(91)
Combinação de negócio	(3.923)	(3.935)
Outras adições/exclusões líquidas	(3.953)	3.568
	(7.966)	-

29. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, a qual está sujeita aos fatores de riscos descritos a seguir: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Em relação às mensaldades, o risco de crédito se limita ao valor da anuidade. Em casos de inadimplência, a matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada até que o responsável financeiro quite o ou negocie os valores em atraso (com base na Lei nº 9.870/99, que trata do valor total das anuidades escolares). A seleção dos alunos com base na análise de crédito de seus responsáveis, bem como o constante acompanhamento dos valores em atraso, compõe, entre outras, as medidas de gerenciamento cujo objetivo é mitigar o risco de crédito da Companhia. O montante de títulos vencidos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.413 (Nota 6) dos quais foi constituída uma provisão para perdas no valor de R\$ (1.366) (Nota 6). O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.526
Mensaldades a receber	6	2.528
Outros ativos	9	1.297
	14.351	4.178

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que A Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos (Nota 14), parcelamentos (Nota 16) e dívidas por aquisição de juros de precatórios (Nota 19) contratadas em moeda nacional e subordinadas a taxas de juros predeterminadas e a indexadores (principalmente CDI). O CDI também é base para remuneração de suas aplicações em fundos de investimentos. **Análise de sensibilidade: Premissas:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, com base em sua exposição líquida, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir: **Cenário-base:** amparado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro de 2023 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsos de valores, assim como perspectivas de cenário macroeconômico; **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base; **Cenário remota:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso (25%)	Cenário remota (50%)
Aumento da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa e passivos financeiros	15,00%	18,75%	23,44%

30. Informações por segmento: A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As demonstrações contábeis são regularmente revistas pela Administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "prestação de serviços de educação básica" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

31. Informações por segmento: A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As demonstrações contábeis são regularmente revistas pela Administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "prestação de serviços de educação básica" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

32. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

33. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

34. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

35. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

36. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

37. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

38. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

39. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

40. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

41. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

42. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

43. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

44. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

45. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

46. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

47. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

48. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

49. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

50. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

51. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

52. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

53. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

54. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

55. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)
Custo de serviços de terceiros	(11.152)	(8.073)
	(65.824)	(77.735)

56. Custos:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de pessoal	(57.394)	(73.800)
Custo com materiais	(4.060)	(1.791)
Custos diversos	(3.218)	(1.071)

Motos

Yamaha lança a nova MT-07

Reafirmando o seu compromisso com o Brasil, a Yamaha traz para os motociclistas brasileiros a nova MT-07, mais tecnológica, com embreagem assistida e deslizante, conectividade e com o visual totalmente atualizado e muito mais agressiva.

A nova Yamaha MT-07 Connected estará disponível no Brasil nas cores Matt Dark (Preta Fosca), Ice Fluo (Cinza Fosca) e Racing Blue (Azul Metálica), com garantia de quatro anos, e Revisão Preço Fixo. A produção em Manaus (AM) começará em abril e a previsão é de que a motocicleta chegue às concessionárias Yamaha a partir do mês de maio com preço público sugerido de R\$ 57.990 (além de frete e seguro de frete).

A Yamaha MT-07 Connected está equipada com controle de tração, suspensão invertida, embreagem assistida e deslizante e também uma nova tecnologia de amplificação acústica acoplada ao tanque, que realça o som estimulante do motor.

A Yamaha MT-07 Connected tem um novo e agressivo visual graças a uma carenagem totalmente nova e ao conjunto óptico FULL LED totalmente redesenhado.

Na dianteira, o caráter é definido pelo farol, com as luzes de rodagem diurna (DRL) de LED compactas estilizadas propositalmente para se assemelharem a dois olhos fixos e conferirem à MT-07 um “rostro” distinto, agressivo e sombrio, em conjunto com o potente projetor de LED central e com as novas setas de LED.

Foi tomado um grande cuidado no acondicionamento dos tubos e cabos para manter uma aparência limpa, com o tanque de combustível compacto, além da nova traseira, também com um visual distinto.

Com a ignição desligada, os contornos da lanterna traseira parecem estreitos. Ligadas, as luzes traseiras vermelhas de LED foram estilizadas para enfatizar a ligação entre piloto e máquina, criando um eixo vertical composto pela iluminação da traseira e pelas costas do piloto – um visual distinto que realmente chamará a atenção. As setas traseiras também são de LED.

A Yamaha MT-07 Connected está equipada com um painel colorido de TFT completamente novo de cinco polegadas, com muito mais tecnologia e vários temas diferentes, que podem ser escolhidos pelo motociclista por meio de novos comandos nos punhos. O novo painel tem quatro temas, os quais também podem ser alterados com quatro modos noturnos e quatro modos diurnos, alterando o fundo de branco para preto de forma automática ou de forma manual, dependendo da escolha do motociclista.

Além do velocímetro e do tacômetro, a completa instrumentação inclui indicador de nível de combustível, consumo médio de combustível, temperatura do ar e indicador de mudança de marcha. Todos os layouts dão destaque ao velocímetro, mas apresentam as informações de diferentes maneiras para se adequar aos gostos ou estilo de condução de cada um.

O painel de instrumentos TFT tem conectividade via Bluetooth com smartphones por meio do aplicativo Y-Connect. O Y-Connect permite ao condutor atender chamadas recebidas e controlar a música durante a pilotagem com o uso de intercomunicador. Também é possível instalar gratuitamente o aplicativo Garmin StreetCross e emparelhar o smartphone com o painel de instrumentos da MT-07 para desfrutar de um mapa completo ou da navegação Turn By Turn com informações de trânsito em tempo real.

Para facilitar o acesso às inúmeras funcionalidades suplementares da Yamaha MT-07 Connected, foram desenvolvidos novos comandos com botões individuais. Por meio do joystick, o sistema de comandos é intuitivo e está totalmente integrado com as funções da MT-07 no punho esquerdo. Agora os piscas têm dois métodos de operação: um clique suave faz piscar os sinais três vezes, já um clique completo os faz piscar continuamente. O uso do clique suave é destinado a mudanças de faixa ou outros cenários que precisam apenas de uso breve. Caso uma seta permaneça piscando por 15 segundos após ser ligada e a moto tiver percorrido mais de 150 metros, o recurso “Cancelamento automático” poderá desligar automaticamente a seta.

A moto também está com Sinalização de Parada de Emergência (ESS). Quando o sistema detecta uma frenagem repentina, ambos os piscas acendem e apagam para sinalizar aos outros motoristas e motociclistas que a moto está desacelerando mais rápido do que o normal. Estilo agressivo e nova posição de pilotagem

Com linhas estreitas no nível do tanque de combustível e joelhos e uma altura de assento de 805 mm, a nova Yamaha MT-07 Connected é acessível a um amplo leque de motociclistas.



A nova MT-07 Connected tem uma posição de pilotagem mais envolvente, com o guidão 9 mm mais largo, 22 mm mais baixo e 9,3 mm mais recuado (mais próximo do piloto), enquanto os pedais estão 10 mm mais baixos, aumentando o espaço para as pernas.

Para tornar a moto mais acessível e aumentar a sensação de unidade à moto, a tampa do tanque de combustível é mais estreita. O design permite ao condutor fixar-se mais facilmente ao tanque com os joelhos, o que inspira mais confiança ao enfrentar as curvas nas estradas mais sinuosas e nas pistas. O tanque de combustível tem capacidade para 13,6 litros de gasolina.

Para garantir ainda mais conforto para o motociclista, a moto tem um novo conjunto de bancos de duas peças, que têm tamanho, forma e enchimento refinados tanto para o piloto como para o passageiro.

Estes elementos combinam-se e tornam mais fácil subir na moto e suportar o movimento do peso do corpo durante a pilotagem. Além disso, facilitam a aderência dos joelhos ao tanque para uma condução mais esportiva.

Chassi, suspensões e freios
A Yamaha MT-07 Connected tem quadro e ciclística modificados para melhorar a manobrabilidade. Com aço tubular de alta resistência para oferecer elevados níveis de rigidez e força, o quadro pesa apenas 14,8

quilos e oferece uma rigidez de torção, longitudinal e lateral, muito superior à geração anterior.

Em particular, o conjunto do pivô do braço oscilante difere significativamente do modelo antigo, com novas formas, espessura e biela, o que faz dele um componente fundamental no equilíbrio da moto e na agilidade de condução. O diâmetro e a espessura dos tubos de aço foram revistos ao longo de todo o desenvolvimento, assim como as placas de reforço.

O quadro extremamente modernizado está associado a um braço oscilante revisto. O design assimétrico faz parte do DNA da MT-07 desde a sua criação e foi reformulado pela primeira vez. As superfícies superiores foram redesenhadas para poupar peso e proporcionar um visual mais contemporâneo, enquanto a rigidez foi otimizada para trabalhar em conjunto com o novo quadro e a suspensão dianteira invertida de 41 mm de diâmetro. Como resultado das alterações, o renovado chassi e as suspensões oferecem maior estabilidade e melhoram a manobrabilidade.

A nova suspensão dianteira invertida de 41 mm de diâmetro e 130 mm de curso otimiza a sensação de estabilidade, enquanto confere um visual premium mais moderno. O garfo invertido é associado ao novo chassi para proporcionar uma condução mais esportiva e empenhada, com a nova mesa

de alumínio fundido de fixação tripla, proporcionando estabilidade em curvas e altas velocidades, além de melhor controle da moto e equilíbrio entre conforto e esportividade.

Na traseira, a suspensão monoshock foi otimizada para complementar a nova dianteira e as outras evoluções do chassi, com possibilidade de sete regulagens na pré-carga da mola, o que permite um ajuste específico para cada situação e melhor estabilidade.

Juntamente com as novas suspensões, as pinças de freio duplas de quatro pistões montadas radialmente também são adotadas pela primeira vez em uma MT-07 e oferecem uma rigidez melhorada para uma potência de frenagem mais forte e consistente. Com ABS nas duas rodas, a nova MT-07 Connected tem disco duplo de 298 mm de diâmetro na dianteira e disco de 245 mm na traseira.

A Yamaha MT-07 Connected apresenta um novo design das rodas de liga leve, que são 4% mais leves que as rodas do modelo anterior. Fabricadas com a tecnologia Spin-Forged, patenteada pela Yamaha, as rodas são mais finas e, portanto, mais leves, sem comprometer a resistência.

Estas rodas mais leves contribuem também para o aumento da agilidade devido à diminuição da inércia, sobretudo na dianteira. As rodas Spin-Forged estão equipadas com pneus Dunlop Sportmax Q5A (120/70 R17 na dianteira e 180/55 R17 na traseira).

Motor Crossplane bicilíndrico
Equipada com o motor bicilíndrico Crossplane (CP2) de 689 cc de 73,4 cv de potência a 8.750 rpm, 6,9 kgf.m de torque a 6.500 rpm, relação peso-potência de 2,49 kg/cv, taxa de compressão de 11,5:1 e refrigeração líquida, a Yamaha MT-07 Connected agora tem o novo acelerador eletrônico YCC-T (Yamaha Chip Controlled Throttle), que proporciona respostas rápidas e precisas e apresenta um inovador sistema de amplificação acústica para melhorar a experiência auditiva durante a pilotagem.

Equipada com um câmbio de seis velocidades, a Yamaha MT-07 Connected agora tem controle de tração, proporcionando maior controle e tranquilidade na pilotagem, além de embreagem assistida e deslizante, que oferece muito mais conforto e suavidade, com menor esforço no acionamento da alavanca. A embreagem assistida e deslizante garante mais estabilidade, evitando o travamento da roda traseira em reduções mais bruscas, por exemplo.

Honda confirma o lançamento de novos modelos



Em 2024 a Honda renovou amplamente seu lineup de baixa cilindrada com modelos inéditos como a XR 300L Tornado e Sahara 300, que dividiram os holofotes com importantes aperfeiçoamentos técnicos e estéticos que premiaram da pequena Pop 110i, às versáteis Elite 125 e ADV 160, além da lendária CG, que em sua 10ª geração recebeu uma ampla reformulação.

Agora, dando sequência a atualizações de sua oferta de motocicletas, a Honda anuncia novos modelos que marcam o início de uma significativa renovação para o segmento de média e alta cilindrada, que visa atender os anseios dos clientes e elevar o patamar tecnológico da Honda no segmento.

Previstas para serem apresentadas oficialmente no primeiro semestre de 2025, as novidades são as inéditas CB 500 Hornet, NX 500 e CB 650R E-Clutch, além de importantes atualizações na consagrada big trail CRF 1100L Africa Twin

Honda CB 500 Hornet
O lendário nome Hornet está de volta ao mercado brasileiro através de uma ágil e moderna streetfighter. Referência de uma geração de motociclistas brasileiros, o design agressivo é uma das características que mais se destacam no modelo CB 500 Hornet, e que será imediatamente reconhecido como exemplo das mais recentes tendências. Formas angulosas, totalmente diferentes do grupo ótico dianteiro até a rabeta, determinarão uma personalidade inédita.

Honda NX 500
Uma crossover prática e, sobretudo, atual. Assim é a NX 500, que resgata a sigla que estreou em uma das mais lendárias Honda do passado, a monocilíndrica NX 650 Dominator do final dos anos 1980. A alma da novidade é o motor bicilíndrico herdado da CB 500X,

assim como a ciclística, que porém exibe novas rodas, mais leves. No total, a nova Honda NX 500 é 3 kg mais leve que o modelo ao qual substituiu. Quanto ao design, a NX 500 é totalmente original, com carenagem frontal, laterais e banco com pegada mais aventureira, que a tornarão um dos modelos de maior destaque em sua categoria.

Honda CB 650R E-Clutch
Uma versão totalmente renovada da CB 650R estreará em nosso mercado trazendo o ineditismo da tecnologia E-Clutch, exclusividade técnica que visa tornar a pilotagem mais prática, segura e precisa. O sistema permite dispensar totalmente o uso da alavanca de embreagem para operar o câmbio de seis marchas. Caso o condutor queira usar a alavanca como em uma moto convencional, o sistema E-Clutch pode ser desligado. No estilo, permanece o conceito Neo Sports Café, com aprofundada modernização de formas, incluindo um novo painel de 5 polegadas com tecnologia TFT.

Honda CRF 1100L Africa Twin
A lendária Africa Twin chegará com novidades em 2025. As versões permanecem basicamente duas – a CRF 1100L Africa Twin e a CRF 1100L Adventure Sports, esta última dotada de tanque de combustível com 24,8 litros de capacidade –, e em ambas é possível optar pelo câmbio convencional de seis marchas ou a exclusiva transmissão DCT – Dual Clutch Technology. A grande novidade é a chegada da roda de 19 polegadas equipando as versões DCT da CRF 1100L Africa Twin Adventure Sports, opção particularmente indicada aos que pretendem usar a big trail Honda em percursos predominantemente rodoviários. Novos grafismos estarão disponíveis em todas as versões da Africa Twin.

Nova Harley-Davidson Street Glide Ultra 2025

A Harley-Davidson apresenta ao mercado brasileiro a Street Glide Ultra 2025, a mais nova integrante da linha Grand American Touring. Combinando potência, tecnologia e conforto para longas distâncias, o modelo foi projetado para quem busca uma experiência de pilotagem cada vez mais agradável, seja na área urbana ou nas estradas pelo país.

Com um design renovado, a Street Glide Ultra 2025 traz um visual mais dinâmico e aerodinâmico, que flui do para-lama dianteiro até as malas laterais. A nova carenagem melhora a estabilidade e reduz a turbulência no capacete em até 60% em comparação aos modelos anteriores. Além disso, a motocicleta está 23 kg mais leve, proporcionando melhor manobrabilidade, aceleração e frenagem.

A nova Harley-Davidson Street Glide Ultra 2025 incorpora avanços tecnológicos que elevam sua performance, conforto e segurança. O motor Milwaukee-Eight 117 entrega 177Nm de torque, garantindo força e resposta instantânea para qualquer situação na estrada. Enquanto seu sistema de resfriamento líquido otimiza o desempenho e a durabilidade. A transmissão Cruise Drive de seis marchas proporciona trocas suaves e um equilíbrio entre economia de combustível e potência em alta velocidade.

Outro diferencial é o sistema de suspensão traseira Showa de tecnologia de emulsão dupla, que melhora a resposta de amortecimento e oferece maior previsibilidade na condução. Além disso, o chassi tubular de aço proporciona maior rigidez estrutural, essencial para estabilidade e conforto em viagens longas.

Em relação à segurança, a motocicleta é equipada com um conjunto completo de aprimoramentos para pilotagem em curvas, garantindo maior controle e estabilidade em diferentes condições de estrada. O sistema inclui ABS otimizado e ABS em curvas (C-ABS), que ajusta a frenagem eletronicamente para manter o desempenho ideal mesmo em inclinações. O controle de tração aprimorado (C-TCS) também conta com suporte para curvas, evitando deslizamentos e proporcionando mais confiança ao piloto. Além disso, o sistema de monitoramento da pressão dos pneus (TPMS) permite o acompanhamento em tempo real, alertando sobre



qualquer alteração que possa comprometer a segurança. A tecnologia Vehicle Hold Control (VHC) auxilia nas saídas em subidas, mantendo a moto parada temporariamente para evitar recuos inesperados. O sistema de iluminação totalmente em LED melhora a visibilidade tanto para o piloto quanto para os outros motoristas, enquanto o design aerodinâmico, com para-brisa elevado e defletores de ar ajustáveis, reduz a turbulência e aumenta o conforto em viagens longas.

A experiência de pilotagem é elevada pelo novo sistema operacional Skyline OS, que conecta o motociclista a um painel TFT de 12,3 polegadas – maior, mais intuitivo e repleto de funcionalidades.

O painel de 12,3 polegadas é 90% mais largo em comparação com o painel de 6,5 polegadas equipando a Ultra Limited 2024 e oferece uma área de tela 400% maior, com mais brilho e nitidez.

Esse display substitui todos os instrumentos analógicos tradicionais e oferece acesso integrado à navegação Harley-Davidson Embedded Navigation, que inclui mapas detalhados, atualizações de tráfego e previsão do tempo em tempo real por meio de conectividade Wi-Fi roteada pelo usuário. A Street Glide Ultra 2025 conta com 4 modos de pilotagem que eletronicamente controlam as características de performance da

motocicleta.

Além disso, também permite total controle sobre os modos de pilotagem, que ajustam automaticamente a entrega de potência, o freio-motor, o C-ABS e o C-TCS. A conectividade Bluetooth possibilita a integração do smartphone para controle de mídia e chamadas, enquanto o sistema de áudio Skyline OS oferece uma qualidade sonora superior com alto-falantes de 5,25 polegadas e um amplificador de 50W por canal. O painel oferece, ainda, o uso do Apple CarPlay projetado pelo Iphone do usuário.

Conforto nas estradas
Para viagens ainda mais confortáveis, a Street Glide Ultra 2025 conta com um novo assento ergonômico, ajuste hidráulico da suspensão traseira, punhos aquecidos com três níveis selecionáveis e um para-brisa mais alto, que garante maior proteção contra o vento. Também conta com dois pontos de conexão para jaquetas aquecidas. O King Tour-Pak, compartimento de armazenamento traseiro, acomoda dois capacetes e outros itens essenciais para jornadas mais longas.

A Street Glide Ultra 2025 já está disponível nas concessionárias Harley-Davidson do Brasil, com opções de acabamento cromado brilhante ou preto fosco e uma nova paleta de cores exclusivas da marca.



Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
 Editor: Angelo “Guto” Oliveira - MTB: 0069016/SP
 Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549